

13234

ACÇÃO REALISTA



POLÁ: LEI
E POLÁGREI

REVISTA MENSAL

N.º 31 — 3 DA 3.ª SÉRIE

MARÇO DE 1926

SUMARIO

<i>Daque de Orléans</i>	Redacção
<i>Comentários á mensagem de El-Rei</i>	por Ernesto Gonçalves
<i>O chefe da Nação</i>	por João Ameal
<i>O cardeal Mercier</i>	por Cesar d'Oliveira
<i>Três datas</i>	por Fernando Campos
<i>«Imprensa sem Opinião»</i>	por Bento Caldas
<i>Divisão territorial portuguesa (continuação)</i>	por Luis Chaves

CRITICA & FACTOS

A' VENDA

Carta aberta aos meus amigos e companheiros

por H. de Paiva Couceiro

Preço : 5\$000

Edição da ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

Recebem-se pedidos na nossa administração

PREÇOS DE ASSINATURA

— Lisboa, provincia e ilhas :

Série de 6 números (6 meses).....	12\$000
» » 12 » (um ano).....	24\$000

— Colónias portuguesas :

Série de 12 números (um ano).....	27\$850
-----------------------------------	---------

— Espanha :

Série de 12 números (um ano).....	27\$600
-----------------------------------	---------

— Outros países da União Postal :

Série de 12 números (um ano).....	31\$700
-----------------------------------	---------

ACÇÃO REALISTA

DIRECTOR : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração
RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA
Telefone : T. 490

EDITOR E GERENTE
Pedro E. da Camara

Assinaturas (Pagamento adiantado)
SÉRIE DE 6 N.ºs — 12\$000 RÉIS
Número avulso — 2\$000 réis

R. 102

Duque de Orléans

A França está de luto. Faleceu em Palermo, vitimado por uma pneumonia, o senhor Duque de Orléans, o pretendente ao trono de S. Luís, o herdeiro dos quarenta reis que, em mil anos, fizeram a França.

Banido da pátria, que lhe recusou os seus serviços na grande guerra, pela república maçónica, democrática, conluiada com o inimigo, o Duque de Orléans era bem o chefe legítimo da nação francesa, já como herdeiro do Conde de Chambord, já pelos princípios nacionalistas que representava, dos quais a *Action Française* é a expressão viva e luminosa.

Inteligência culta, completamente devotada á sua pátria, que serviu sempre com a maior nobreza, a sua morte teria provocado profundas perturbações entre os monárquicos franceses se a continuidade da função real não estivesse assegurada pelo princípio hereditário.

Seu primo e cunhado o Duque de Guise sucede-lhe no pesado encargo da chefia da Casa de França.

Era o Duque de Orléans irmão de S. M. a Rainha Senhora D. Amélia e portanto tio de El-Rei D. Manuel II.

A Suas Magestades apresenta respeitosamente a *Acção Realista* as mais profundas condolências.

Comentários á mensagem de El-Rei

I — *A Voz do Chefe*

Ainda ha poucos dias atraz, os scepticos olhavam a Causa Monarquica e tinham um vago sorriso de vago desdem... Os republicanos, quando falavam dos monarchicos, esfregavam as mãos com júbilo e diziam: «Todos dispersos... A republica pode viver!» Os portuguezes, que nunca esqueceram a sua fé portuguesa, que acreditam na pátria e na sua grandeza futura, e vivem no sonho duma ressurreição do nosso génio, esses recolhiam-se ainda mais no seu sonho, num nebuloso sebastianismo.

Porquê? Havia uma falta grave. Acima das paixões, das impaciencias de servir, de evangelizar e combater, dos ímpetos da fé desordenada e da acção desprovida dum quadro equilibrador, não se ouvia a voz forte que, unificando, indicava a orientação segura e a viril disciplina. A Causa Monarquica não vivia sujeita á mão do Chefe: dispersava-se, diluía-se, e muitas vezes agitava-se nas disputas estereis que costumam rebentar na casa em que o pai vê a sua autoridade arruinada e traída. Da nossa boca e da nossa pena, que precede a epopeia das espadas, nunca saiu uma palavra que atraçoasse essa autoridade e a negasse numa criminosa rebelião. Sempre apelámos para ela, na tristeza que a indisciplina e a desunião nos causavam. Mas, apelando para essa autoridade, preparámos o ambiente mental e moral que a defende e a justifica. Por isso a voz do Rei, coordenando e orientando, foi ouvida por nós com uma profunda atenção. Sentimos o seu apêlo de união e de paz fecunda: a êle respondemos com fidelidade e nobreza combativa. Compreendemos as dificuldades que El-Rei, como Chefe, teve de vencer, ponderando-as com prudencia, estudando-as com isenção; respeitamos por isso os melindres da situação, e admiramos a energia com que S. M. soube desfazer os enrêdos bisantinos que tolhiam a livre acção da sua autoridade. Desfazendo dificuldades infantis, simples poeira da nossa época, cortando firmemente atravez da emaranhada floresta de preconceitos, e afirmando as ideias eternas da autoridade, da ordem, e da tradição, El-Rei teve de esquecer os arcaicos artigos da Carta Constitucional...

A sua mensagem não é um desses documentos pálidos, officiais, quasi burocraticos, que o partido da maioria costumava prender nas mãos do Rei, em nome dos sagrados direitos do parlamento... A maneira como El-Rei se dirige a todos os monarchicos fere logo pelo tom de autoridade conciliadora e prudente, — autoridade que, sem gritar, sabe impor uma orientação e uma disciplina.

O exílio destruiu em volta do Rei as grades do parlamentarismo. Os partidos desapareceram: ficaram só monarchicos á sua volta. O Rei pôde ver a nação na sua unidade: nas suas exigencias, no seu interêsse, nos seus direitos, nos seus deveres, no seu passado, no seu presente e no seu futuro. Liberta das mentiras do liberalismo, a sua autoridade a pouco e pouco recuperava a verdadeira posição. A solidariedade moral dos monarchicos, fieis ao Rei, comungando com o Rei nas mesmas aspirações, criava lentamente a atmosfera em que a voz do Chefe podia ser ouvida com atenção e com disci-

plina. Chegámos ao momento definitivo. Tudo se perdia ou tudo se salvava. A Causa Monárquica prosseguiria scindida no seu pensamento, apesar das indicações, duma vinçada aparência, que afirmavam uma latente unidade de ideias, ou num movimento salvador se agitaria para se unir sobre bases sólidas. A voz do Rei foi oportuna. Só quem, como êle, ocupa o lugar de Chefe, pode ver os factos políticos no seu panorama objectivo. Os resultados já observados e os que se esboçam provam que a sua autoridade se exerceu com uma tactica esplendida.

II — A Vitória da Monarquia

Para assim proceder El-Rei agiu livremente, na plena responsabilidade que o seu dever impunha. Falou como Rei — na superior posição da sua autoridade que orienta e unifica. Falou como Chefe legítimo da nação, vendo directamente as necessidades da nossa época, sentindo o espírito contemporâneo e respondendo ao clamor que de toda a parte se levanta contra os erros, hoje claramente denunciados, do parlamentarismo com todo o seu cortejo ideológico. Mas devemos notar com lealdade e com alegria : assim procedendo, El-Rei fixou simplesmente as bases essenciais, os grandes lineamentos, amplos e firmes, em que todos podem caber na activa solidariedade monárquica. Esses princípios essenciais, que formam o bloco duma orientação geral, estavam latentes no pensamento e na consciencia de todos os monárquicos.

Para os libertar da espessa camada de preguiça mental e de sentimentalismo tibio, era necessaria a acção energica da autoridade legítima, — a palavra sóbria e forte do Rei. Definidos por nós com coragem e nobreza, esses princípios da tradição, da autoridade, da ordem, que formam a arquitectura magestosa, duma sobriedade dórica, da Monarquia, eram tambem timidamente, e com certos desvios românticos, defendidos pelos outros monárquicos que ainda viviam apegados a velhas superstições . . . Sem querermos fazer paradoxos estéreis, afirmamos que, antes da mensagem de El-Rei, não havia na Causa Monárquica uma opposição fundamentalmente radical de doutrinas. Tudo estava preparado para que, numa manobra energica, se realizasse uma sólida unidade de ideias e de acção.

As palavras de El-Rei despertaram da sua inacção o espírito monárquico. Obscurido pelo parlamentarismo, traído pelos partidos, vencido pela luta miseravel das eleições, o princípio monárquico era uma sombra inútil. A sciencia e os factos vieram provar a sua necessidade nacional. O princípio monárquico liberta, disciplina, galvaniza ; é a selecção e o equilibrio ; a cultura e a justiça ; a garantia do trabalho e o instrumento da salvação pública ; a continuidade que depura, e elimina os detritos transitorios, atravez do dinamismo da tradição ; a consciencia, sempre viva da pátria.

As palavras de El-Rei, para serem ouvidas e acatadas, tiveram de se justificar com a autoridade do princípio monárquico. A Carta ficou de lado, esquecida como uma múmia, que um dia será enterrada nas ruinas dum século que traiu Portugal. El-Rei para se dirigir a todos os monárquicos lembrou-se de que era o Rei. Lembrou-se do seu dever. *«Eu não quero ficar com a responsabilidade de não ter feito ouvir a minha voz,*

ACÇÃO REALISTA

e nós todos, do primeiro ao último, temos o dever de por todos os meios salvar a Pátria.»

Ele, que é o primeiro dos portugueses, descendente dos Reis que na paz e na guerra construíram Portugal, evocou o seu dever de Chefe para orientar superiormente. E as direcções foram dadas com clareza para o presente e para o futuro, com uma sábia análise das exigências da acção e dos objectivos máximos. Na acção tudo devemos aproveitar. Há instrumentos que podem ser praticamente utilizados. Há espadas com dois gumes. O parlamento pode ser ocupado para combater o parlamentarismo. . . Mas, salienta El-Rei, nunca devemos perder de vista o futuro. *«Querendo salvar Portugal tem de se modificar aquilo que ha tantos anos tem exausto o País : não se pode consentir nada que impeça a obra de reconstrução nacional.»*

Campo aberto, sem embaraços de ideologia revolucionaria, para que a pátria encontre o caminho do resgate! O Rei, consciente da sua missão, não poderia abandonar o progresso e a salvação da sua terra, opondo á avançada creadora das ideias novas a barreira das formulas arcaicas! Seria trair o papel da Realeza, não compreender os interesses do presente e do futuro e negar-se a pôr ao serviço da nação a energia da sua autoridade.

E El-Rei define, marcando o objectivo máximo :

«A Monarquia do futuro tem de ser baseada sobre Deus e a Religião, sobre a tradição, sobre a autoridade, sobre principios e convicções, sobre a Ordem.»

Estas palavras afirmativas abrem uma clareira, e cortam dificuldades e tropeços duma ridícula imponencia formalista. Palávras claras e líais como uma espada! Elas revelam com lucidez o pensamento de El-Rei.

Aproximêmo-las do seguinte passo da mensagem :

«A minha posição é delicada: todos o devem reconhecer, pois como Catolico, Apostolico, Romano, praticante, considero-me ligado por um Juramento Solene prestado sobre os Santos Evangelhos. Mas esse Juramento não me impede de pensar, de formular uma opinião, de indicar o caminho que certamente seguiria, logo que me encontrasse desligado desse Juramento.»

Estas duas passagens em que ha uma escrupulosa nobreza moral e uma viril coragem de ideias, completam-se, explicam-se. Fica assim, como realmente é, o juramento reduzido a um puro valor moral. As autoridades da Igreja, como magistralmente demonstrou o dr. Alfredo Pimenta, já se pronunciaram em casos análogos. Mas a nação resolverá esse declarado conflito entre o juramento e o pensamento de El-Rei.

III — Velhos e Novos

Em volta do tẽma dos «velhos e novos» os republicanos exgotam as suas habilidades para espalhar a desunião na Causa Monarquica. E' um espectáculo simplesmente cómico. . . Em todos os tons, desde o solene ao malicioso, a gente republicana, nos seus jornais, ora espalha que entre os monarquicos ha uma luta acẽsa, uma rivalidade indelevel, ora, puxando á imprecação dramática, lembra que os descendentes dos liberais e dos miguelistas não devem, em nome de certos fantasmas de ideias, dar-se as mãos frater-

nalmente sobre os túmulos dos que morreram numa áspera guerra civil . . . Ha republicanos que vociferam, outros que, de olhos em alvo, como pudibundas donzelas, choram a ruína da Liberdade. Um jornal de taberna, chamado «O Radical» inventou esta cousa assombrosa : que S. M. se tinha declarado absolutista ! A incultura nesta desgraçada república é simplesmente marroquina . . . Na «Capital», folha conhecida da finança e do negocio, o sr. Mayer Garção tem ataques histéricos — e declama cousas duma vacuidade imbecil. No seu onanismo idealógico, tem reptos de colegial idiota. E' sempre o mesmo têmea glozado com um frenesi pânico : «o Senhor Dom Manoel negou a Liberdade ; portanto, os monarchicos velhos devem abandoná-lo !» E muitos artigos teem terminado com um convite de adesão . . .

A mensagem de El-Rei representa um grave perigo para a república. Os republicanos comprehendem-no — e intrigam com os seus processos duma astucia boçal . . .

Mas o jôgo descobriu-se immediatamente, tão impacientes se mostraram os republicanos em nos desunir, erguendo entre nós, em pleno século XX, os fantasmas de 1820 . . . Assistimos a rir a este alvoroço. E é a sorrir que neste momento recomendamos aos republicanos que não demonstrem assim a sua imbecilidade . . .

Entre nós não ha velhos ou novos. Há, de hoje por diante, como sempre, servidores de El-Rei, companheiros do Chefe, portugueses em volta do Primeiro Português. Na sua mensagem, no seu «dever de a todos ouvir e de a todos falar» dirige-se a todos os monarchicos, velhos e novos, marca-lhes a acção, disciplina-os, e indica-lhes um objectivo comum. Não repele ninguém ; reconhece o serviço e o préstimo de todos ; e se «se dirige aos novos, obreiros do futuro», chama tambem para o seu lado todos aqueles que o serviram lialmente com um regime péssimo.

El-Rei consagrou a orientação tradicionalista da Causa Monarquica, já definida, embora duma forma dispersa, por todos os organismos monarchicos.

De hoje por diante fica encerrada a disputa de doutrinas dentro da nossa Causa. Fixou-se uma orientação geral. Ergueram-se as balizas da acção monarchica. Dentro desses amplos limites, demarcados por El-Rei, estão de acôrdo todos os que o acompanham. Novos e velhos reúnem-se na disciplina e na obediência devidas a quem manda. Com as palavras de El-Rei desfez-se o nevoeiro ideológico — e appareceu o vasto panorama da obra da reconstrução portugueza ! Acima das paixões, El-Rei ergue no seu escudo, onde se inscrevem as Quinas sagradas, a ideia da patria, que proclama a fraternidade. Em volta do Rei, todos nos encontramos no amor de Portugal, no amor da sua tradição, que é uma essência sempre actual.

Novos, velhos . . . Palavras sem sentido ! Há simplesmente a pátria. Há simplesmente a ideia monarchica. E defendendo uma e outra os portugueses verdadeiros dão-se as mãos sobre os túmulos e os berços, na morte e na esperança.

Não é possível separar os monarchicos porque a todos os une o laço forte do principio monarchico, que El-Rei soube nobilitar com as suas últimas palavras. A união faz a força. Mas no principio de toda a união está um acto de energia e de coragem . . . A união firme de todos os monarchicos foi realizada pela energia e pela coragem de El-Rei.

O chefe da Nação

A mensagem d'El-Rei foi o toque a rebate que veio acordar a alma nacional adormecida. A alma nacional só pôde ser representada pela consciencia monarchica. El-Rei dirigiu-se á consciencia monarchica, e, como chefe da Nação, deu-lhe a voz de comando para a luta. Perante essa voz augusta, levantaram-se de súbito todos os apáticos, iluminaram-se todos os scépticos. E, como um antigo campo de guerra ao abrir da aurora, um vasto alarido correu o paiz de ponta a ponta, annunciando a febre viva da batalha e pressaggiando as claridades da vitória certa.

Esta mensagem de El-Rei tem, como primeiro e mais alto valor, mostrar que o principio monarchico domina e apaga a efervescente babilónia dos partidos. A Nação é una. E' uma unidade contínua e progressiva. Aqueles que, nesse organismo solidario, falam em nome duma fracção, dum estilhaço, dum agrupamento — não pôdem ser ouvidos, nem seguidos. São intérpretes dum bando — quantas vêses, meros comandantes duma quadrilha ! Mesmo os outros, os que não se confinam dentro dum partido e falam em nome duma ideologia, duma quimera humanitaria — não pôdem tambem ser ouvidos, nem seguidos. São declamadores apenas — bem ou mal intencionados, e o seu grito dá-nos simplesmente um sabor de abstracção e de loucura. A Nação é una — e, á Nação una, tem de corresponder o Chefe único. Os partidos são uma criminosa e ficticia aberracção, gerada na maquina liberalista, que tudo baralhou, demoliu e corrompeu. Os partidos não existem em face da Nação. Os partidos são alianças parasitárias, conspirações de sôfregos e de ambiciosos que lançam uma taboleta para a multidão, como um meio de chegar até onde a sua voracidade os atráe. A' Nação una — corresponde o Chefe único. Esse Chefe — é o Rei, pastor da grey, condutôr hereditario da Pátria eterna, guia paternal das familias que concentram, prolongam e transmitem o sangue nacional. Só o Reise pôde dirigir á Nação — porque só Ele é o Chefe da Nação. Só o Rei pôde ser escutado pela Nação inteira — porque só nas Suas palavras a Nação encontrará a luz firme da sua verdade, a harmonia profunda do seu interesse secular, e a seiva transfiguradora das suas energias renascidas, para a Epopeia Nova !

*

Do outro lado, no arraial confuso dos máus portugêses, defensores dum «regimen» anti-nacional, sentiu-se o perigo do magnifico pregão. Cada um, na tontura do pânico, foi procurar dentro do seu agrupamento, dentro do seu estilhaço político da Nação una — um auxilio, uma defeza e uma arma. E então é que o principio monarchico se ergueu, como uma força invulneravel, sobre a angustia e a agitação da turba. Então é que todos os inimigos da Realeza — inimigos da Pátria — se descobriram impotentes contra a voz augusta do representante hereditario do interesse nacional. A voz do chefe da Nação cobria todos os borborinhos e estendia-se, alta e sonóra, decidida e viril, dum extremo a outro de Portugal : «*El-Rei, como Rei de todos, tem a obrigação de a todos ouvir, egualmente tem*

o dever de a todos falar.» Os pobres aflitos, cambaleando ao acaso, espantavam-se com a solene declaração: *tem a obrigação de a todos ouvir, igualmente o dever de a todos falar.* Só um homem podia exprimir-se assim; só um homem podia ter autoridade para essa atitude e para essa posição de comando! Mas esse homem não existia dentro da república, porque a república era uma feira de ambições e de desordens, sob um poder acéfalo. Esse homem não existia também dentro da monarquia falsificada dos liberaes, a monarquia em que o monarca era um boneco opiado, entre o choque bravo das camarilhas partidárias. Esse homem só existia dentro da Monarquia Nacional, a Monarquia da Pátria livre sôb o Rei livre, a Monarquia garantida pela responsabilidade do Chefe e pela subordinação hierarquizada do seu povo — a Monarquia Portuguesa, emfim, Hereditaria, Católica e Organica.

No arraial dos maus portuguezes, o terror cresce, á medida que se vae medindo, medindo melhor o significado moral e nacional da mensagem d'El-Rei. Todos esses desorientados vorazes se tinham habituado a um jogo de calculos rasteiros, em que apenas se debatiam nomes de partidos, intrigas de partidos, vergonhas e assaltos de partidos, e tudo consistia em saber mecher com mais audacia ou mais perícia as pedras desconexas do *puzzle* alucinado. E, de repente, verificam que, por cima dos seus fantoches sem significação, se alteia e prevalece o clamor do Chefe nacional. A' falsa nação dos partidos, das fracções, dos estilhaços — opõe-se a autentica Nação reconstituída, incarnada num Homem. Um homem como os outros, como qualquer desses titeres barulhentos e ageis, dançando sobre os estrados da praça publica e atirando ao ar as girandolas retóricas da democracia? Não. Um homem que se desprende da sua condição e da sua semelhança com todos os outros — porque o passado o sustenta e o futuro o impõe. Um homem, cuja humana Efemeridade é vencida pela Perenidade da Raça. Um Homem que é, êle só, o pastor do rebanho luziada, o unico a quem é licito, á hora da reunião de todos, levantar o cajado, soltar o clamor, e ter a certeza de que acorrem de todos os lados, ante o seu apêlo, os tresmalhados, os preguiçosos, os tibios, e os descaminhados — porque só ele os pôde conduzir, um por todos e todos por um, até ao abrigo da segurança e da grandeza.

*

«*Uma multidão sem cabeça, é inutil*», afirmava Machiavel. A mensagem d'El-Rei é o toque a rebate — e o toque a reunir. A multidão portugueza, inutil na acefalia do mando, desperta, revigora-se em face do condutôr que a chama — e que lhe dará movimento, impulso, resurreição gloriosa. Toque a rebate, toque a reunir. Entre a sombra, no topo da montanha, ouviu-se o sagrado chamamento do Chefe da Nação — sagrado pelos séculos e pela alma comum. E, enquanto a madrugada começa, todos se preparam para obedecer ao Chefe da Nação — almas em ardôr e braços anciosos. Logo virá o sol — e encontrará toda a Nação formada detraz do seu Chefe — a caminho da nova batalha, donde sairá a Monarquia futura — «*baseada sobre Deus e a religião, sobre a tradição, sobre a autoridade, sobre principios e convicções, sobre a Ordem*» — a Monarquia Portuguesa, que El-Rei ha-de conduzir para Sua maior gloria e gloria de nós todos!

João Ameal.

O cardeal Mercier

UM APOSTOLO DA NOVA CRISTANDADE

Esta extraordinária e magestosa figura de apóstolo que na humildade e na justiça do seu verbo foi o espelho de todas as virtudes e o homem forte e sabio por excelencia, este imponente ornamento da Igreja Catolica que ha dias descansa para sempre na sua Catedral de Malinas e que apesar de Principe e de Cardeal levou a vida ascetica dos grandes santos para sentir mais perto do coração todas as amarguras do pobre coração humano — foi, sob qualquer aspecto por que evoquemos a sua vida prestigiosa, meritoria e cristã, o mais sublime espírito, a mais alta personalidade do presente ciclo histórico.

Perante o seu cadaver ajoelharam as multidões viúvas que o conheceram e o amaram, desfilaram em homenagem Reis e poderosos, as bandeiras belgas dum exercito que verga de gloria e os jovens pavilhões da futura Belgica gremialista. Mas perante a sua memoria não-de curvar-se eternamente as gerações de todos os tempos.

Cremos e exaltemos a nossa Fé ; evoquemos por momentos a pedra inexpugnável e indestructível sobre que foi educada a Igreja e a Civilização cristãs, esta Civilização que cria vultos como este, inimitáveis e perfeitos : os Santos.

O santo Cardeal Mercier foi a gloria do Catolicismo dos nossos dias e a salvação das verdades eternas de que se haviam afastado as sociedades desvairadas e corruptas, perdidas e materializadas no aureo paganismo de quasi dois seculos de livre-concorrença economica e de democracia politica.

A sua voz, a voz serena e forte da Verdade, soube erguer-se sem medos nem respeito humanos sobre todas as violações dos direitos dos povos, contra todas as postergações dos invioláveis direitos da consciencia e da dignidade humana.

A sua palavra inspirada e profetica despertou na caverna sombria de muitas almas bestialisadas o acúleo doloroso do primeiro remorso. Ela ecoou por todo o mundo como um mundo formidável que conclamava a dôr universal e atingia o Céu clamando Justiça, quando os exercitos germanicos, em nome da salvação alemã e do cesariano direito da força, invadiram, talararam e submeteram a velha Flandres cristã, a antiga Flandres dos gremios e das comunas livres.

Tão alto subiu em prestigio e em santidade o nome desse varão austero e piedoso, que a sua efêmera prisão e o còro de indignações que ela provocou teve o condão de indignar tambem e de envolver no geral protesto os homens e a imprensa que em Portugal procediam exactamente como os invasores da Belgica : prendendo, fuzilando, violando, incendiando e confiscando os que não curvavam ao jugo feroz da barbarie republicana, e defendiam a sua consciencia vilipendiada e os seus haveres ameaçados com legítimos protestos ou com as armas sempre infelizes da rebelião. Quatro anos antes, chegára a Lisboa, sob prisão, o venerando Bispo do Porto, D. Antonio Barroso, um dos martyres da demagogia brava dos primeiros mezes da lusa democracia, e que a Republica triunfante,

com a aquiescencia das suas auctoridades e da sua imprensa, deixava insultar e cuspir impunemente.

Em plena guerra, não tomavam novo rumo nem se refreavam os instinctos carniceros das turbas jacobinas; dir-se-ia até que eles se exasperavam em requintes orgíacos no contagio e no cheiro excitante da chacina europeia. São do tempo de guerra, ainda, os mais ferozes assassinatos politicos, as montarias e carnificinas que epilogramam varias revoluções e que ainda hoje fazem tiritar de horrôr as almas espavoridas. Desse tempo são tambem as barbaras esperas aos excursionistas catolicos de regresso de Barcelos, e aos desprevenidos e mansos peregrinos do Sameiro. . .

A Republica Portuguesa e os seus covardes e criminosos elementos defensivos, eram cinicos ou inconscientes na incoerencia com que lamentavam as atribulações do heroico Arcebispo de Melinas ao mesmo tempo que moíam de cacetadas e crivavam de facadas, entre *vivas* aos aliados e *morras* aos germanofilos, aquella parte mais inofensiva e impotente da reacção que o seu despotismo sangrento e atrabiliario provocava. E não se diga que são importunas e descabidas estas fugas da memoria pelas catacumbas do martirio. Pelo contrario: Ha que rememerar a cada instante todos os passos tragicos da nossa paixão, para que não mais seja possivel um novo acordo em que já se fala, o conubio sacrilego entre a Maçonaria e a Igreja.

O democratismo indigena, reflexo estúpido dessa anarquia que subverteu todo o decôro social e politico no conchavo desvergonhado que, em nome não sei já de que risíveis abstracções, visava unicamente á salvação da França republicana e laica, admirou essa figura gloriosa que clamava justiça entre os escombros da sua Patria crucificada pelos judeus do mercantilismo sem patria, como se o Cardeal Mercier fosse apenas um secretario mais ou menos wilsoniano da periclitante democracia, a pobre democracia que tremia de medo, mais de si propria do que pelo Direito e pela Civilisação hipocritamente apavorados deante das hordas cataclismicas do papão militarista!

O insigne Cardeal foi superior a estas mesquinhas miserias com que uma politica e uma diplomacia de presidiarios trouxe enganado o mndo hoje precipitado num caos quasi universal, foi superior ao seu tempo, á época catastrophica em que mais se destaca ainda o clarão imperecível do seu cristianissimo espirito.

Em qualquer seculo, ele teria sido um vulto invulgar e magno, um desses marcos luminosos que ficam na Civilisação e na Historia como as alturas maximas da perfeição humana, como faroés eternos de luz espirital, como flôres aromantes e frescas da Caridade e da Fé cristãs.

Mas neste inquieto e desvairado ciclo que atravessamos, em que as almas mais fortes taceavam de cegueira, os costumes bandoleiravam desbragados, os ideais se mutilavam confusos e trôpegos, e em que um calcinante materialismo reduzia a estereis cinzas todo o cabedal de virtudes que constituem o fundo moral das sociedades sãs — a figura ao ao mesmo tempo suave e austera, gloriosa e humilde, evangelica e apocaliptica do grande Cardeal, mais se agiganta e toca as grimpas do seu altissimo prestigio na imensa abobada da catedral azul, lá onde só as aguias do Cristianismo conseguem chegar.

A seu lado, os mais enlourados poetas, os generaes de maior renome, os grandes sabios, os empavonados estadistas do tempo, mal se distinguem, tão minusculos parecem,

na aureola de simpatia, de ternura e de amor que dele irradia num fulgôr intenso, num fulgôr celeste.

Homem do nosso tempo, a sua vida foi um exemplo maravilhoso da força e do incessante labôr espiritual do Cristianismo, uma lição abnegada e profunda do que vale o consorcio abençoado, as núpcias heroicas e fecundas da acção e da oração.

Mais do que pastor das almas, ele foi Mestre e Doutor da Igreja, ele foi um guia seguro e esclarecedor das consciencias.

Entre os desvendadores mais sabios, mais prudentes e mais zelosos dos novos caminhos que ha um quarto de seculo se estão abrindo ao pensamento humano, deve ocupar lugar de superior relevo o eminente homem de sciencia que entre pompas funebres e canticos liturgicos ha poucos dias ficou sepultado na sua amada catedral.

A restauração que empreendeu e o impulso dado aos estudos tomistas, o carinho que merecia a harmoniosa filosofia do grande santo e pensador medieval na saudosa e reconstruida Universidade de Lovaina, impoem a sua memoria á veneração de todos os discipulos de São Tomaz d'Aquino.

Mas é como sociologo e como moralista, o que só honra e faz destacar aquela regra filosofica, que melhor se aprecia o grande fôgo cristão em que se abrazava, o intenso e imenso amor que á humanidade transviada dedicava o seu carinhoso coração de evangelista das Novas Idades.

As suas pastoraes são compendios preciosos de ensinamentos, paginas encantadoras de emoção e de ternura, apontamentos precisos e claros sobre origens do mal-estar colectivo, quadros perfectos, coloridos e fortes das realidades sociaes.

Ha alguma coisa de biblico, de profetico, mas ao mesmo tempo tão diamantino e tão simples, nessas quasi familiares epistolas cujo bellissimo sentido todos os seculos compreenderão, que eu para as definir só posso dizer que elas teem o poder suggestionante e amoroso e fecundo dos melhores documentos que nos ficaram da pregação extraordinaria de São Paulo.

Como São Paulo, ele foi um grande apostolo do Trabalho, das profissões organisadas, e um impugnador implacavel das corrupções, da ociosidade alastrante, dos desmazelos moraes, da anarquia material e mental que caracterisam os actuaes desarranjos organicos da sociedade.

A ferocidade presente da vida, a sêde satânica do lucro, a vaga perfumada e pôdre da preguiça e da luxuria, os vicios anti-humanos que precederam e gereceram a guerra, e aquelas explosões de barbara rapina e de prazer insaciavel que se lhe seguiram e que arrastam e engalfinham em repetidas conferencias os judeus errantes da Sociedade das Nações — ele os condemnou em palavras memoraveis que se não esquecem, que não podem esquecer-se jámais, porque são o clamôr angustiado da virtude intangivel e sobrenadante no desvairado enxurro da maldade á solta, contra o suicidio voluntario dum mundo desgraçado e doido.

Grande entre os grandes, ele não é, como muitos bem-intencionadamente, aliás, podem supôr, uma figura ascetica de legenda que o seculo XIII fizesse florir no nosso seculo : flôr atrasada do medievalismo abrindo-se em aroma e em côr neste inverno desabrido e desolado que a Cristandade atravessa. Não.

Como os Santos Evangelistas, como o doce São Francisco de Assis — sôl da Idade Media, como o grande Santo Ignacio de Loiola — esplendor da Renascença — o santo Cardeal Mercier é o primaveril anunciador de uma Nova Idade. E' um simbolo e é uma esperança.

No seu leito de morte, rodeado já de sinfonias triunfaes e angelicas, ele teria a visão nítida e consoladora do fruto proximo da sua bela obra, ele ante-veria a reconquista gremial do espiritualismo cristão, avançando segura e energicamente para uma nova, solida e justiceira ordem, para aquela harmonia corporativa em que os homens e as coisas e os mundos vibram na mesma alegria santa de ternura e de amôr — poema de amôr e de ternura que é toda a criação — longe de se repelirem em contactos bruscos e tórpes de egoismo e de hostilidade.

Ainda as modernas teorias sobre o Corporativismo eram um sonho, uma quimera que muitos *conservadores* supunham desenterrada do pó dos seculos só para se preservarem do *comunismo* mais ou menos rubro, e já o venerando sacerdote que tão amplamente assimilára e desenvolvera o pensamento de Leão XIII, definia em toda a sua pureza as bases em que viria a erguer-se a doutrina actual do Sindicalismo orgânico : «Ninguém já hoje pode duvidar de que o Sindicalismo virá a ser a grande doutrina social do futuro — assim falava ele, se não estou em êrro, a um correspondente de *La Croix*. E o Sindicalismo só poderá ser cristão ou ateu, que o mesmo é dizer : organico ou revolucionario».

Completando o seu pensamento, assim ficaria estabelecido — e com que auctoridade ! — o dilema que apavora os regimes democraticos, o liberalismo maçónico, e que dá agua pela barba ás proprias ditaduras de caracter acentuadamente nacionalista : o Gremialismo, numa sociedade cristã, tem de ser cristão ou não será Gremialismo.

Fecharam-se para este pobre e agonisado mundo, cujas amarguras ele sentiu no coração amantissimo, aqueles olhos que tantas lagrimas de dôr choraram sobre as ruinas da sua pátria terrena, sobre os destroços inuteis que a força bruta, a maldade e a estupidez semearam pelos campos revoltos das batalhas e das ainda mais lamentaveis devastações interiores, esses olhos que viram a tragedia maior dos tempos no cairel do inferno, e contemplaram a obra nefanda da loucura humana, cevando em sangue e em almas a sua furia rabida e carniceira, estropiando e matando em nome de caducas aberrações doutrinaarias, exaltando o crime individual e a chacina colectiva na concepção democratica da sociedade inorganica e do Estado ateu.

Ele viu os massacres e os incendios, os falsarios burguezes do Ocidente, o satanismo usurario da judenga, e o proselitismo rapinante do pesadelo oriental ; olhou com severidade, mas com justiça, as cavalgadas alucinantes da loucura tenebrosa que, num dado momento, tudo ameaçou de total subversão — e o seu espirito sereno resistiu ao desencadeamento deste ciclone de maldade e de treva, como um alto farol de Esperança, como um lábaro inextinguivel de Fé.

Foi amainando o temporal : aqui e além novos clarões de verdade surgiram, como carvões acêsos e rubros na cinza quasi fria dum velho lar dismantelado onde de novo se ateia a fogueira eterna da Vida. Revivem em novas labaredas, nas linguas vivas e gritantes duma nova Europa que se refaz.

A própria Belgica, tão desolada de ruínas como nauseada dos artificios parlamentaristas, procura o novo caminho da vida, esse largo caminho que o grande Mercier traçou no seu forte ambiente social com o gesto cristão e amoroso de uma Benção.

Homens como este que acaba de regressar ao seio de Deus, de Deus que tão prodigamente o ornára de todas as virtudes e de toda a fortaleza de ânimo, morrem apenas no fragil envoltorio em que ambulava a sua grande alma sobre a terra. Não são a gloria exclusiva de um paiz : são o orgulho, a flôr, a razão de ser das Cristandades.

O seu espirito fica pairando, e para sempre, sobre a sua obra, obra de apostolo e de santo, de profeta e de juiz, de sementeiro de luz e de guia precioso no caminho da Verdade e do Futuro.

Não se chora sobre o seu cadaver. Admira-se o grande, o extraordinario sôpro espiritual que o animou, e louva-se o Altissimo Creador dos mundos onde sua alma subiu tão pura e tão brilhante como a luz bemdita do sól.

Ah, irmãos ! Merece bem o nosso sacrificio uma Humanidade e uma Religião onde se formam e florescem Homens de uma tão elevada estatura e que tão humildes se nos mostram para melhor nos aquecerem do Amôr em que se abraçam, que logo os veneramos de todo o coração como anjos de Deus, tão alto eles se elevam sobre o comum desgraçado e pecador dos homens !

Cesar d'Oliveira.

«A Imprensa Monarquica tem, além de tudo o que já tem feito com tanto sacrificio, um grande papel a desempenhar na obra de reconstrução; pois, sem dúvida, é a melhor forma de orientar a opinião. Recomendô-lhe especialmente a vantagem de mostrar ao público o caminho que a Monarquia seguirá, quando chegar a sua Restauração».

Da Mensagem de S. M. El-Rei.

TRÊS DATAS

O calendario republicano é tão abundante em datas funestas para a vida do país que, no curto espaço de três dias, podemos registar outras tantas, embora desiguais quanto à gravidade das suas consequências políticas. Referimo-nos às datas de 31 de Janeiro e de 1 e 2 de Fevereiro.

A primeira, que o elemento oficial do regime celebra, anualmente, desacompanhado de toda a solidariedade nacional, comemora o dia remoto em que uma sedição republicana estalejou, como girândola anunciadora, no céu da política portuguesa, já então perturbado pelas tempestades desencadeadas ao longo de setenta anos de Liberalismo.

No dia 31 de Janeiro de 1891, um grupo de ideólogos a que davam algum prestígio os nomes de Basílio Teles e de José Pereira de Sampaio, empreendia a tentativa malograda do Campo de Santo Ovídio, a que se ficou chamando a *Revolta militar do Porto*.

As circunstâncias políticas do momento pareciam, na verdade, favorecer essa aventura tramada nos subterrâneos maçónicos do *Gremio Independência*.

As horas de exaltação patriótica vividas após o *Ultimatum*, em consequência da dolorosa solução, dada ao conflito em que nos viramos envolvidos com a Inglaterra; a convicção geral de não possuímos um exército, uma marinha, e uma diplomacia capazes de arcarem com as responsabilidades criadas pela situação; a trágica visão dos destinos pátrios, a algararra dos partidos, o alastrar da desordem dos espíritos para a rua, tudo isso contribuiu para que os republicanos lograssem envolver na rêde da sua propaganda alguns ingênuos, logo iludidos ao ponto de supôrem que o sistema republicano poderia traduzir uma salutar reacção contra a marcha dissolvente do Constitucionalismo.

E não nos devemos surpreender de que assim fosse, se atentarmos em que a geração de 90 se enformára num ambiente já democratizado pela *Escola Coimbrã*, se nos lembrarmos de que, nessa época, as inteligências eram directamente influenciadas pelo filosofismo da geração anterior, a primeira que em Portugal saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição, no testemunho de Antero de Quental, a sua figura mais representativa.

Confundida a Monarquia com a engrenagem constitucional, responsabilizada a instituição pelos desvarios do parlamentarismo, desacreditado, no conceito público, o rotativismo de *regeneradores e progressistas*, apelava-se para a república, mais como protesto, do que por convicção, ou fé num novo partido que, verdadeiramente, não possuía nem disciplina, nem planos de governo, nem um chefe, como depois se verificou.

«A república apareceu assim, tingida de côres duma solução nacional, em que a família portuguesa se reconciliaria, libertada das várias oligarquias que a dominavam e dividiam. Santíssima quimera essa, em que vibravam os entusiasmos líricos de 1820!», a nota António Sardinha, no livro póstumo *Ao ritmo da ampulheta*, (pág. 255).

Todavia, e a despeito das condições anormais dessa hora, que faziam de cada português um revoltado, não conseguiram os cabecilhas do 31 de Janeiro agrupar à sua volta senão um reduzido número de inconscientes e de ambiciosos cujo perfil o próprio Basílio Teles se encarregou de nos deixar esboçado numa entrevista que concedeu a um redactor do *Jornal do Comercio*, quando da sua passagem para o Brasil.

«— Entravam no nosso quarto em Madrid, de chapéu na cabeça, e sem a menor consideração por nós, mesmo os antigos soldados do 9, a pesar de estar presente o alferes Malheiro, — disse nos o sr. Basílio Teles. — De uma vez disse eu a uns: — Tirem o chapéu! Nem ao menos têm respeito pelo seu alferes?»

«— Aqui não há alferes nem meio alferes, responderam. Somos todos iguais!»

«E foi preciso que os ameaçassem de os pôr fora para se descobrirem em nossa casa.

«E saíram-me todos escritores, continuou o sr. Teles. Nunca lhes negámos dinheiro que não nos ameaçassem com os jornais.»¹

Por esta confissão leal de um dos chefes da *Revolta do Porto*, podemos ficar fazendo uma ideia da natureza dos seus subordinados.

Naquela madrugada de inverno em que as tropas, ao som da *Portuguesa* e do rufar dos tambores, atravessavam as ruas da cidade da Virgem e do Menino, aos vivas à república, por entre o espanto da população, se a consciência nacional erguesse a voz, o seu brado seria, sem dúvida, o daquele filósofo de *Os Telles d'Albergaria*, que, já moribundo, gritava para os soldados, do alto da sua varanda da Rua do Almada: «—Para os quartéis, scelerados! outra vez a quartéis! Que entendeis vós de republicas? Que importa a república, se o mal está comvosco? A república é apenas uma palavra, e não é com palavras que se reedificam nações!»

Durante quatro horas dêsse dia a apagar-se na névoa dos tempos, tremulou ao vento a bandeira verde rubra na Câmara Municipal do Porto, de cujas janelas fôra proclamada, pela primeira vez, a república em Portugal...

Mas tudo se desfez ao sôpro do bom senso e do patriotismo do exercito; a revolta foi reprimida, e punidos, com relativa suavidade, os seus implicados.

A demagogia dera, porém, mais um passo; com o mau exemplo, foi a indisciplina criando alentos novos no nosso meio. Por sua vez, a nefasta acção dos parlamentos não permitiu que os governos desviassem, como era seu dever, o perigo de uma futura irrupção jacobina no organismo nacional, e assim foi possível, quasi vinte anos depois, tornar-se na triste realidade dos nossos dias, aquilo que, então, não fôra além de uma simples ameaça.

Pelo rescaldo do *31 de Janeiro*, eis como Eça de Queiroz comentava os sucessos, com espantosa previsão, numa das suas cartas agora publicadas no volume da *Correspondencia* (pág. 215): «Por aqui, a opinião geral é que esse é o começo da *débâcle*. O governo ainda poderia afastar a hora má por algum tempo, se aproveitasse a ocasião para desorganisar inteiramente, á maneira summária do excellent Constans, o partido republicano. Mas como naturalmente ha-de tomar apenas umas meias-medidas, inspiradas por uma meiacoragem, e executadas com uma meia-promptidão, é natural que o caso do Porto seja um *lever de rideau*, e que o partido republicano, que, em Lisboa e nas cidades da provincia permanece intacto e imperturbado, sem ter perdido nem um homem, nem um ceutil, nem uma illusão, prepare para breve o *drama* a serio».

Não se enganou o grande espirito do romancista, ao traçar essas linhas que reproduzimos, pelo seu muito interêsse e oportunidade. O *31 de Janeiro* não passou do simples *lever de rideau*, e o *drama* a sério foi, longa e pacientemente, elaborado.

A êsse drama, andam hoje assistindo, com anciedade e indignação, todos os bons portugueses.

*

A segunda data lembra o maior crime assinalado na crónica do Constitucionalismo, e, sem dúvida, até em toda a História de Portugal, crime horrendo de deshumanidade e de traição à Pátria.

No dia 1 de Fevereiro de 1908, caíram assassinados no Terreiro do Paço, El-Rei D. Carlos e o Principe Real, ao regressar de Vila Viçosa, não tendo perecido toda a família reinante, por milagre providencial.

Tal como o *31 de Janeiro*, precursor de maiores calamidades nacionais, os assassinios

¹ Transcrito do livro *Ao ritmo da ampulheta*, pág. 257

de ha dezoito anos, foi o Liberalismo que os tornou possíveis, gerando a atmosfera envenenada em que a planta do ódio deitou raizes e ramificou com exuberância.

A *anarquia liberal*, desenhada, com nitidez, nas páginas sempre vivas do *Portugal Contemporaneo*, atingira proporções orgiâcas. Era aquela situação que arrancara a El-Rei D. Carlos estas palavras sincéras, recebidas com a maior hostilidade pelos Acácios e Abranhos da política indígena:

«Aquilo não podia continuar. Caminhavamos não sei para onde. Foi então que dei ao gabinete os meios de governar. Fala-se em ditadura, mas os outros partidos, os que fazem mais barulho, pediram-me também a ditadura. Para concedê-la, exigi garantias de firmeza. Necessitava de uma vontade forte para levar a bom fim as minhas ideias. João Franco foi o homem que eu desejava...» E prosseguia o monarca, na célebre entrevista dada a M. Gallier, do *Temps*: «A maior parte dos officiais são meus camaradas, servi com eles, conheçam-me, não tenho a mínima dúvida a respeito da sua dedicação. Tudo o que fiz e tudo o que faço é no interesse do meu país. De-certo que antes desejaria que me deixassem socegado, mas estou no meu posto. Conheço o meu país, conheço o meu taboleiro eleitoral. Ha dezoito anos que Portugal necessita de tranquillidade...»

O rei estava no seu posto, e no seu posto morreu, como um valente que era; mas os políticos também estavam no deles, e não permitiriam que a tranquillidade bafejasse a Nação, retalhada pelas ideologias vãs da Democracia.

Contra a ditadura se rebelaram, porque o monarca pretendia orientar a política do seu país num sentido patriótico, sobrepondo-se ao torvelinho das paixões mesquinhas, e numa Monarquia Constitucional, *o rei reina mas não governa*, é um simples catavento ao sabor das maiorias parlamentares.

Entre uma Constituição prostituida por mais de meio século de atentados e assaltos à mão armada, e um rei que consubstanciava o autêntico interesse nacional, os partidos políticos, fazendo causa comum com os próprios inimigos do regime de que aqueles se diziam defensores, viráram-se contra o seu rei, rei português e generoso, para salvar o instrumento das suas ambições, — a Carta Constitucional — representativa do triunfo do espirito estrangeiro sobre as nossas instituições tradicionais. O Chefe do Estado, a que essa mesma Carta negava poderes pessoais, atribuindo-lhe, só teóricamente, alguns direitos, era, na prática, responsabilizado, dessa forma, pelas contingências da governação.

No ataque à pessoa do rei e ao partido a favor do qual fôra concedida a ditadura, se uniram, pois, os inimigos mais irreconciliáveis, não tendo sido extranha ao conlúio, a fraternidade maçónica, como se provou pelas prisões effectuadas após a conspirata do 28 de Janeiro de 1908, — outra data memorável nos annos da Democracia em Portugal.

À semelhança do sucedido com a *Revolta do Porto*, é no sub-solo das *lojas* que havemos de procurar o enredo da conjura que levaria, trágicamente, um rei e um príncipe portugueses às lages frias do panteão e uma pátria de grandes tradições ao descalabro moral e político em que parece afundar-se.

A Maçonaria portuguesa, encontramo-la sempre ao lado do estrangeiro contra as conveniências nacionais.

Na época das invasões francesas, erguia nas suas *lojas* o busto de Napoleão Bonaparte com a legenda: *Salut et respect pour l'Empereur!* Correspondia-se com o Grande Oriente de Paris, fervoroso auxiliar do invasor e mandava uma deputação a Sacavem, cumprimentar Junot, e pedir-lhe a sua protecção.

As portas de Arroios foi ainda, o Grão Mestre Gomes Freire de Andrade com alguns *irmãos graduados* saudar o General, embaixador do génio da Revolução Francesa, o qual, uma vez informado da força de que a Maçonaria dispunha em Portugal, *resolveu servir-se dela para a política de absorção*, no relato insuspeitíssimo do falecido historiôgrafo da Maçonaria, o professor Borges Grainha.¹

¹ *Histoire de la Franc-Maçonnerie en Portugal*, pág. 65.

ACÇÃO REALISTA

Em 1817, o mesmo Gomes Freire de Andrade — que no cêrco de Saragoça se batera pela França contra portugueses e espanhóis, então já nossos aliados —, pretendia atentar contra a dinastia, de acôrdo com revolucionários estrangeiros. Tudo isto é conhecido, e o vamos encontrar narrado nos cronistas mais desafectos à Reacção.¹

A revolução liberal de 1820 foi, também, nos arcanos do triângulo fatídico que se forjou, sabe-se hoje em que miseráveis condições.

O combate á Santa Igreja Católica, os vários planos de confederação ibérica, a tentativa do rapto de El-Rei D. Carlos, por ocasião da sua subida ao trôno, o *31 de Janeiro*, o *5 de Outubro*, eis sumariados, num relance, os pontos culminantes da obra desnacionalizadora da seita que, pelo seu passado, não podia ser alheia ao desenrolar dos tristes acontecimentos recordados.

Com toda a razão, observa o sr. José Agostinho, na sua recente *Historia de Portugal*, que, em política liberalista, essencialmente maçónica, todas as divergencias cessam, entre os partidos em luta, sempre que se torna urgente a defesa do sistema. «Para os maçons os interesses patrios são secundários — acrescenta aquele senhor — e representam méras ambições de famílias, porque a patria da Maçonaria é, como ella mesmo diz, toda a humanidade.»²

A terceira data mencionada é a da última *bernarda* republicana, no momento em que escrevemos, porque é muito provavel ter vindo já mais outra opulentar os fastos revolucionários do regime, quando estas linhas apoucadas cairem sob os olhos do leitor...

No dia 2 de Fevereiro, como todos estão lembrados, alguns civis e militares, com um mestre-de-obras à frente, foram-se por aí abaixo até Vendas Novas, onde tomaram de assalto a Escola Prática de Artilharia, tendo conseguido insubordinar uma parte da guarnição daquela mesma Escola.

Segundo o noticiário da imprensa, houve officiaes fugidos, outros presos, e certos que se deixaram prender...

As tropas revoltadas dirigiram-se, depois, em comboio ao Seixal, onde puseram em liberdade os habitantes da cadeia, armando-os, e engrossando, dessa forma, as suas hostes... Daí, seguiram para Almada, acamparam no Alto de S. Paulo, e de lá, bombardearam o Castelo de S. Jorge, com tiro espaçado e incerto.

Mas o movimento que, desta vez, era *radical*, tão pouco o foi, na verdade, que na manhã do dia seguinte, os insurrectos se entregavam, sem condições, às forças fieis ao governo, destacadas para os dominar.

Finalmente, os dirigentes embarcaram no *Pero de Alenquer*, com rumo ao Funchal, e tudo esquecia, como se se tratasse de um successo longínquo.

Foi um *film* só em duas partes, o desta revolução republicana; porque era republica-níssima, a revolta que, tendo por chefe um mestre-de-obras, só tendia, segundo as declarações dos seus principais implicados, a sanear a administração desta *sociedade colossal de responsabilidade ilimitadíssima, que se chama a República Portuguesa*, como, ainda ha poucos dias, a vimos definida em artigo de fundo do jornal *O Seculo*.

Foi mais uma revolução como tantas que temos presenciado, outra data a inscrever na folhinha democrática, e de-certo não merecia ella uma referência de duas linhas, se não fôra o sintoma de desagregação social que tais perturbações representam, e o descrédito acarretado a um país desejoso de viver e trabalhar.

¹ Vejam-se, por exemplo, Luz Soriano, *Historia da Guerra Civil*, vol. I, pág. 672. — Raul Brandão, *El-Rei Junot*, pág. 222, e *A Conspiração de Gomes Freire*, 3.^a edição, pág. 134-35.

² Henrique Schaefer — *Historia de Portugal*, desde 1820 até 1910 — continuada por José Agostinho, vol. VI, nota a pág. 10.

Vai a república em mais de cinco lustros de existência, e em que tem consistido o seu esforço maximo senão em reprimir a desordem que ela própria estabeleceu na vida nacional? Não somos só nós, a proclamá-lo. Republicanos de boa-fé, como o sr. Dr. Trindade Coelho, o reconhecem, desta forma desassombrada:

«Na realidade, nós não vivemos num Estado regido por um vínculo jurídico. Nós vemos numa *revolução em marcha*, com acalmias fugazes, a que os reus chamam — *le beau mot*! — periodos constitucionais...»¹

E não se diga que o mal é *desta república*, que vivemos numa *Democracia fingida*, como temos ouvido a muito boa gente, e continuaremos a ouvir, pois que os liberais, por desgraça nossa, não são mudos. Não. O mal é inerente ao regime republicano, — sem dúvida, como tudo, neste mundo, atreito a correcções, conforme as condições de meio e de raça — mas sempre e em toda a parte vicioso, menos por culpa dos homens do que por virtude da sua própria estrutura.

Que esta democracia tem sido a sério e bem a sério, testemunham-no, com evidência, os factos ocorridos, não só a partir de 1910, mas até, durante o largo periodo constitucional, inaugurado em 1820 e acertadamente denominado por Caetano Beirão *a nova guerra dos cem anos*.

As datas aludidas evocam, no nosso espirito, três fases dessa *guerra* que se prolonga, e cujo termo não é facil de prever, por enquanto.

Sabe-se como os *democratas pé-de-boi*, ao implantarem a Liberdade, em 1820, elaboraram *uma constituição pouco mais ou menos republicana*, na opinião de Herculano, não tendo proclamado a república, só por hesitação ou cobardia.

Os demagogos de ha um século, impando do idealismo revolucionário que as legiões napoleónicas haviam contagiado aos pensamentos, foram os iniciadores de todas as sedições jacobinas registadas na nossa história, de então para cá.

O 31 de Janeiro surgiu, portanto, como uma consequência remota, mas lógica, das vagas aspirações desses visionários, pupillos espirituais do *Contracto Social*, que convidavam o seu rei *a voltar a um reino onde formalmente lhe negavam o exercicio da realeza*, como escreveu Oliveira Martins.

A tantos anos de distância, a influencia exercida por Fernandes Tomás e o Sinédrio de 20 sobre os promotores da *Revolta do Porto* era de tal modo manifesta, reflectia-se com tamanha clareza, até nos mais insignificantes episodios da sedição, que Basilio Teles foi o primeiro a deplorar, num dos seus escritos,² o servilismo ridiculo da cópia.

Assim, também o 5 de Outubro nos surpreendeu, vindo coroar a obra dementada dos *vinhistas*, aos acordes renovados da *Portuguesa* que, já em 91, no Porto, haviam estre-munhado os pacíficos burgueses do Campo de Santo Ovídio.

Para se atingir, porém, êsse desiderato, foi necessário um regicídio, — o único que a história constata — a ennodoar a Nação, pois que, sem êle, a manhã *emancipadora da Rotunda* não teria apontado, ou excedido as proporções de uma *Revolta do Porto* mais ameaçadora.

El-Rei D. Carlos não via, à sua volta, é certo, quem o secundasse na obra de restauração empreendida, nem a êsse respeito mantinha illusões, como o atesta o seu dito *isto é uma Monarquia sem monarquicos*. . . O terreno político não possuia a consistência precisa para que nele se abrissem os alicerces do edificio perdurável, sonhado pelo seu amor à Pátria. Todavia, a derrocada nacional não se teria dado, se o crime de 1 de Fevereiro

¹ No jornal *O Seculo* de 11 de Fevereiro de 1926.

² Basilio Telles — *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Porto, 1905, pág. 383 e 414.

ACÇÃO REALISTA

não viesse aniquilar a vida de um soberano que, à semelhança de El-Rei D. João IV, se poderia, a si próprio ter intitulado, com verdade, *procurador dos descaminhos do Reyno*.

Nos escombros em que hoje se agita a vida política da Nação, todas as aventuras são possíveis, como a de 2 de Fevereiro, a que fizemos referência, como a de amanhã, já anunciada, sem rodeios, nos jornais e nos centros onde o boato ferve.

Vai volvido um século que o Constitucionalismo triunfou neste país, decorreram já quinze anos sobre a proclamação da república, seu prolongamento natural, e a hora que passa é, ainda, de sobresalto, porque nova revolução era aguardada para ontem, e as tropas se mantêm em prevenção rigorosa. O país atravessa os momentos de ansiedade que precedem as lutas fratricidas, espera a todo o instante ouvir, de novo, o troar dos canhões que, ha pouco mais de quinze dias, vitimaram habitantes da capital, não conseguindo já alarmá-los, tão frequente se tornou a sua intervenção nas pugnas partidárias.

E' que nós vivemos em plena Democracia, e a Democracia, nunca será de mais repeti lo, é a desordem organizada, é o vendaval que desconjunta a nacionalidade.

E' que «a guerra civil de que fala a história contemporânea não terminou em 34, como pretendem os historiadores liberais. Podemos-lo hoje afirmar, nós, tristes testemunhas da sua continuação. A guerra civil dura ainda, durou sempre, neste último século da vida da nossa nacionalidade, que desgraçadamente se pode chamar a nova guerra dos cem anos.»¹

Quando soará em-fim, a data resgatadora que venha encerrar o largo periodo de calamidades nacionais, restituindo a esta terra a tranquillidade que El-Rei D. Carlos, já no seu tempo, reconhecia ser-lhe tão necessaria?

A's gerações que despontam, isentas da mácula maçónica e liberalista, cumpre fixa-la, para que nem tudo se perca do património secular.

Que essa data seja o limiar de uma nova era na História de Portugal, denegrida por calúnias e malévolas interpretações.

Sursum mentes! Ergamos, com os corações, as inteligências ao alto!

Reconçiliemos os vivos com os Mortos, os espíritos da nossa época com as verdades tradicionais.

E firmes, como nunca, na nossa fé, realizando a concepção da Monarquia Integral, teremos reconciliado o Estado com a Nação e rehabilitado, definitivamente, o verdadeiro sentido da Pátria.

Fevereiro de 1926.

Fernando Campos.

¹ Caetano Beirão — *Uma Campanha Tradicionalista* — Lisboa, 1919, pág. 143.

"Imprensa sem Opinião...."

Excerpto de uma conferencia a realizar

.....
Um dos grandes, senão o maior erro da imprensa portuguesa — e é especialmente á imprensa monarchica que me refiro — é o de apreciar toda essa trapalhada politica que para aí diariamente se desenrola olhando exclusivamente os homens seus actores como se o mal de que todos os jornais *una voce* se queixa não seja a consequencia lógica do liberalismo politico economico, isto é, da democracia que no dizer de Antero do Quental é «o escopulo onde até hoje tem naufragado todas as sociedades». Não é o ataque directo deste ou daquele jornal a certo politico que o desclassifica, mas sim os seus proprios actos que o fazem perder a atmosfera da simpatia de que poderia encontrar se cercado. Assim, qualquer jornal orientado neste sentido não faz mais do que apresentar a uma parte do publico português um politico com a corda na garganta mas que mesmo assim se mantem no *poleiro* entre os zurros de meia duzia de impostores que prégam a tal *purificação da republica* e a *interesseira solidariedade* da grande legião de comensais que dão pelo nome de *revolucionarios civis*...

Interroga Gama e Castro : — «Sabeis quem são os entusiastas do jornalismo ? São os saudadores das revoluções ; e a razão é porque os periodicos não são outra coisa senão o codigo da revolução, ou a revolução escrita». Na verdade, assim é, infelizmente.

Era Portugal a grande parte da imprensa obscura por completo a questão doutrinarica que para nós, nacionalistas, merece toda a importancia. Há, pois, que criar no nosso país a chamada imprensa de opinião que hoje é ainda diminuta. Tirante meia duzia de revistas e outros tantos jornais, — e estes de pequena circulação — na generalidade a imprensa portuguesa ou ataca pessoas sem alguma vantagem pratica, ou serve interesses mesquinhos e de facção. O que vemos nós diariamente senão os jornais á bulha uns com os outros pela simples razão de uma aggressão a um homem num artigo de fundo cheio de retorica mas sem uma só ideia ? Ora, para proclamar a monarchia em Portugal não basta correr dos Passos Perdidos essa malta ignobil dos *leais servidores* do regime. O primeiro caminho que temos a seguir é logica e inteligentemente o da propaganda honesta dos principios basilares do nosso *querer* de molde a criar na Nação o necessario espirito de monarchismo consciente. Deixemos os homens e curêmos dos principios tendo sempre bem presente esta enormissima verdade : — *o mal não está nos homens, mas sim nos principios*.

A republica portuguesa não é má pelo simples e unico facto de ter os homens que tem. A republica em Portugal, como de resto em toda a Europa, é pessima porque assenta em principios falsos e contrarios á natureza intrinseca da Nação. Pessima foi tambem a monarchia constitucional pois assentava precisamente nos mesmos alicerces : — o dogma de soberania nacional e o individualismo revolucionario que são os dois grandes males de que sofre a nossa sociedade que a libertinagem jacobina corrompera e destruiu :

.....

Como lhes ia dizendo, verifica-se a necessidade imperiosa de criar a dentro da politica anti-republicana, ou mais claramente, a dentro da politica monarchica, orgãos de cultura, de propaganda de princípios e de renovação nacional. A crise de negativismo atroz que affligira todo o seculo XIX e de que o actual sociedade portugueza está colhendo os fructos bem amargos não pode resolver-se senão por meio da acção intelligente da preparação dos espiritos que consiste — claro está — em levar ao conhecimento publico pela imprensa, pela conferencia, pelo livro, por meio de circulos de estudos designada e especialmente para a grande massa dos operarios, o conhecimento das verdades eternas do nacionalismo, mostrando-lhes que «a tradição é o elo que ata e harmoniza o passado com o presente, é o vinculo que liga o passado ao futuro» e que «os famosos princípios da Revolução Francesa, *lett-motif* de toda a cantata revolucionaria de outubro de 1910, são, precisamente, os que vigoram em toda a politica portugueza, desde o advento da revolução liberal de 34 até nossos dias».

.....

Eu sei bem que os ataques cerrados da propria imprensa afecta ao regime, no periodo anterior a 5 de outubro de 1910, contra o trono e a realeza contribuíram até certo ponto para a queda da monarchia dos partidos politicos e das eleições com todo o seu cortejo de *bons conselheiros* comodamente instalados nas aristocraticas cadeiras do constitucionalismo que a dura lição de noventa anos, informadora dos modernos ensinamentos de filosofia politica, tão formidavelmente condena. Podem dizer-me : se assim foi, logicamente os ataques da imprensa monarchica ao lado dos ataques de uma parte da imprensa republicana aos homens da republica — exercito de adesivos anciosos do triunfo, de uma cadeira de deputado ou de um lugar de ministro — pode tambem contribuir em parte para a queda do regime ; ao que eu respondo imediatamente sem mesmo discutir tal pensamento : — cairíamos na mesma bambochata de hoje, voltariamos á primeira forma, á monarchia liberal eivada dos mesmos vicios da republica, continuariamos a viver no mesmo lodaçal pois a estrutura do regime continuaria a mesma e «não pode haver ordem nos factos se as ideias são uma desordem» na synthese admiravel de Oliveira Martins. Repetir-se-ia a scena de 1910 : — em vez de um presidente da republica um Rei constitucional, os mesmos princípios, interpretes diferentes na scena politica. Há ainda a atender que — e este ponto é sumamente importante — a campanha da imprensa da propaganda republicana, como de resto toda a obra dos propagandistas do regime, não passou de uma campanha dissolvente e de descredito às instituições monarchico-liberais, ao passo que a nossa acção deve ser essencialmente reconstrutora, determinada por um complexo de factos, orientada consequentemente no sentido de reconstruir sobre os escombros do passado, que falam bem alto e atestam claramente a eternidade da Patria, as novas instituições. As republicas — diz Renan — «vivem de estabelecer a anarquia e de a reprimir violentamente».

.....

Eu queria que a imprensa portugueza, em vez de injuriar pessoas, discutisse ideias, se lançasse no combate «a favor de umas ideias e contra outras. A favor daquelas que julgamos consubstanciais com o Interesse Publico e com o Espirito Tradicional e Nacional e contra aquelas que lhe julgamos opostas» : — as ideias liberais-democraticas saídas da

Revolução Francesa que proclamaram a tirania do numero sobre a qualidade gritando aos quatro ventos : — «Povo hoje és tu quem impera, e absoluto é o teu poder, porque te dizes unica fonte dele. Toma, pois, em tuas mãos a vara do magistrado, e assenta-te uma vez mais no trono, amassado com sangue e pó».

.....
Temos a semente. Lancêmo-la á terra. — «Ensinar — diz Camilo Castelo Branco — é transmitir a verdade de geração em geração pela palavra viva». Há que preparar, há que formar espiritos isoladamente primeiro para que se crie assim o espirito monarquico colectivo. Em suma : há que fazer a *educação nacionalista*. E' preciso que a Nação saiba o que nós queremos que é o mesmo — não reste duvida — que ela quer mas sem saber que o quer : — uma monarquia em que «o corpo social tem as suas leis naturais, a quem deve obedecer, tanto na ordem economica como na ordem politica, sob pena de se definharem ; os seus tecidos celulares que são as famílias com a sua constituição essencial ; os seus membros, que são os corpos profissionais com as suas funções variadas ; os seus centros nervosos naturais, a quem Le Play tão justamente chamou auctoridades sociais ; as suas formas historicas, enfim, consagradas pela tradição e conservados pelos habitos e costumes» como diz La-Tour-du-Pin nos seus «Aforismos de Politica Social» — uma monarquia em que o Rei é livre.

.....
Pelo contacto directo que todos os dias mantem com o publico, a imprensa podia e devia ser um valiosissimo instrumento á propaganda das ideias. Esta devia ser a sua missão, uma missão educativa.

.....
Mas, por mal dos nossos pecados, a imprensa tem-se flagrantemente desviado da alta e nobre missão que lhe cabe. Em vez de servir ideias — como lhe compete — serve homens, serve partidos alimentando a fogueira do insulto que lavra com uma intensidade desmedida. Lancemos sobre ela um balde d'agua, apaguêmo-la e «em nome das verdades eternas — diz Xavier Cordeiro — reparêmos os erros cometidos».

Coimbra, — Março 1926.

Bento Caldas.

A divisão territorial portuguesa

(PLANO DE REORGANIZAÇÃO INTEGRAL)

3.ª PARTE

A organização futura

(Continuado do n.º 30)

Essa especie de *foral*, lei organica, Código de posturas, estatuto municipal, não deverá porém ser outorgada á maneira de Carta Constitucional pelo Rei como em favor de seu alvedrio, nem tampouco tomada isoladamente pelo Concelho sem participação do Chefe supremo na soberania, que é o Rei. Fa-la-hão de acordo os delegados municipaes e a auctoridade funcional da região administrativa immediatamente superior ao Concelho, e a que o Concelho pertence, constituindo essa auctoridade o delegado directo do representante do Rei na Provincia. Sancionada finalmente pelo o Rei, entrará em vigor.

Sendo o *Governador Geral* da Provincia de nomeação regia, elle nomeia como delegados seus nas Camarcas os *Corregedores* ou *Alcaides-môres*, e assim compete a estes collaborar com os «Procuradores dos Concelhos» da sua Comarca no estatuto municipal dos concelhos que a compõem.

Provincia — Comarca — Concelho : Os *Concelhos* reúnem-se territorialmente para formar as *Comarcas*; cada *Provincia* tem um certo numero de *Comarcas*, consoante a densidade populacional, a diversificação typologica, as communicações, etc.

A designação de *Comarca* é hoje meramente judicial. Na tradição portuguesa porém, se ella era fundamentalmente jurisdiccional, tinha ligadas attribuições de ordem administrativa, que nem sempre se podem separar bem das de jurisdição. E' que o Rei concentrava os poderes de chefe militar, civil, judicial e administrativo, e não se fazia nas suas auctoridades uma destriça perfeita de funções. De mais a mais, não havia uma auctoridade caracteristicamente civil subordinada ao Rei, para o o governo administrativo da *Comarca*. A *Comarca* ou *Correição* era a unidade territorial administrativa; é certo que era uma divisão da *Provincia*, mas esta não tinha realidade civil, administrativa ou judicial, era apenas uma expressão corographica; por isso não havia auctoridade civil da Provincia, e o funcionario superior na administração da unidade territorial, ou do do territorio superior administrativo, era o *Corregedor*.

Em uma organização perfeita, a *Provincia* deve de corresponder a uma unidade não só geographica mas por isso mesmo administrativa. A *Provincia* subdivide-se em *Concelhos* cuja superficie geral forma portanto a Provincia, que sobre elles essencialmente assenta;

e, por facilitar a administração, terá de haver órgãos intermediarios entre o Governador Geral e os Concelhos, pelo que um conjuncto de Concelhos mais ou menos caracteristicamente identicos forma uma *Comarca*, tendo cada Provincia quantas *Comarcas* lhe possam garantir com exito a boa administração das terras. De esta forma, entre o *Governador Geral* e o *Concelho* está o *Corregedor* da *Comarca* ou o seu *Alcaide-mór*.

Convém, diga-se de passagem, não considerar muita á lettra a divisão da Provincia, divisão geographica, em certo numero de *Comarcas*, divisão administrativa, civil, judicial; porque as *Comarcas* formam-se muitas vezes com arredondamento territorial de provincias differentes, consoante pode ver-se na Beira-Baixa, Extremadura (*Comarca* de Thomar) e Alto-Alentejo; havia *Comarcas* em duas provincias; a de Thomar tinha terras no Alentejo (Ponte-do-Sor, por ex.); a do Crato entrava pela Beira (Certã, Oleiros, Proença-a-Nova) e pela Extremadura (Pedrogam-Grande); a de Avis pela Extremadura, no *Ribatejo* (Benavente, Coruche), isto sem notar nas rectificações a fazer entre estas três provincias, em relação aos Rios Tejo e Zezere.

Não ha motivo para separar a *Comarca* Civil e a *Comarca* judicial, antes convem, para corresponder á tradição, evitar confusão de nomenclatura, e facilitar os serviços de justiça, que em cada *comarca* coincida a organização administrativa com a judicial, sendo cada capital *comarcã* a séde administrativa e judicial, e subindo a organização das Justicas do Reino á Provincia, até a Relação de Lisboa, Porto e Coimbra. Com pequenas modificações de pormenor, principalmente em materia de recrutamento, é mister que a organização militar se coadune com o territorio administrativo.

Observado isto, devem de manter-se os nomes bem tradicionaes das divisões da terra. Como egualmente portuguezes, se deverão de conservar os nomes das autoridades ou «Ministros» do Rei nessas terras.

A *Provincia* com o seu *Governador Geral*, nomeado pelo *Rei*, compõe-se de *Comarcas* com o seu *Corregedor*, ou *Alcaide-mór*, nomeado pelo Governador por escolha entre os notaveis da *Comarca*; esta é um agregado de *Concelhos*, cada um com a sua «Camara», eleita pelo povo, e com o *Alcaide*, que é o delegado do *Corregedor* ou *Alcaide-mór* respectivo, escolhido por elle numa lista de nomes apresentada pela *Camara* respectiva.

Reunindo a delegação autoritaria do Rei na Provincia, e a escolha electiva, democratica, no *Concelho*, esta organização é a mais proxima da tradição portuguesa, e aquella que melhor se adapta ás necessidades e concepções modernas, conciliando no seu campo a acção soberana do Rei e as liberdades municipaes, aquella na administração geral e conjunta do pais, estas na sua expressão democratica da autonomia local.

* * *

A divisão em provincias deve de manter integra a sua origem historica e a sua formação ethnographica, que a tem. A caracterização ethnographica das provincias portuguesas não é profunda, sabido mesmo que a população de Portugal é talvez, hoje, a mais homogenea das nações europeias; no restante differem que baste para as distinguir entre si ethnographicamente.

A complexidade crescente da vida social dos nossos dias traz um augmento de complexidade na engrenagem civil e administrativa ; indica-se por consequencia a subdivisão normalmente das provincias em regiões administrativas ; e sejam estas cada vez mais concentradas ou reduzidas territorialmente ao necessario e bastante para boa administração. A maior concentração demographica tem de corresponder assim territorio menor, e, inversamente, a densidade menor corresponderá maior área.

Tanto que possível, tambem estas divisões devem de ser chorographicas, — ter a mesma actividade productora e feição economica, ou para ella convergir, — corresponder ou adaptar-se á divisão judicial e militar. E' verdade que as facilidades progressivas de communicações attenuam os obstaculos e difficuldades de administração, evitando a fragmentação demasiada. A 1.^a Parte de este estudo mostrou o apparecimento successivo de Comarcas novas, o que revela a boa qualidade de adaptação, que tinha a organização antiga.

Abandona-se a designação de *Districto*, porque : 1.^o — não foi mais que uma expressão provisoria da nomenclatura inicial do territorio, — *Districtos* ou *Terras*, antes de ser adoptado o nome de *Provincia* ; — 2.^o não tem significado historico nem ethnographico ; — 3.^o não designa nada de preciso ; — 4.^o cae por confusão com a unidade administrativa da distribuição liberal das terras, — o *Districto Administrativo*.

No territorio das Comarcas havia correcções a fazer, por se interpenetrarem umas, por estarem deslocadas outras em provincias diferentes. Algumas Comarcas velhas não podem reaparecer : decahiram as suas sédes, ou estão descentralizadas na sua área, ou ha, para tal, razões de character administrativo e militar : apparecem outras Comarcas, com a necessidade de melhorar com equilibrio a divisão territorial, e são umas inteiramente novas, outras tem séde nova, embora coincida o territorio respectivo com Comarcas velhas.

Tambem, além de isso, na partilha liberal desapareceram muitos concelhos ; dentro de cada Comarca, por entendimento entre os povos interessados, poderão (e é util que assim succeda) reconstituir-se todos que o quizerem ou tiverem meios de o conseguir, como além de esses se poderão formar concelhos novos.

Os concelhos de uma região uniforme pelas suas características economicas, podem colligar-se para valorizar as suas riquezas communs.

A divisão provincial antiga, já o vimos, era apenas territorial. As terras de cada Provincia eram-no por convenção, á falta de extremas definidas ; e havia, como hoje se observa, territorios limitrophes que se consideravam e consideram ligados a uma, quando tudo indica pertençam a outra Provincia. Convenção, e essa apenas convenção politica, foi a divisão districtal, onde a Provincia desapareceu como unidade territorial, para dar lugar à unidade administrativa do Districto ; veja-se o que é o Douro, nem região physica, nem divisão historica ou ethnographica, com os tres Districtos do Porto, Aveiro e Coimbra. Convenção ha de haver sempre em parcellação territorial, mas subordine-se a condições chorographicas, economicas e historicas, e não a phantasias politicas.

Para assentar ideias e preparar a attenção para o esboço da divisão territorial administrativa, é util apontar o criterio seguido na delimitação mais racional, actualmente mais racional, das Provincias, sem esquecer as condições historicas e chorographicas. Não é uma divisoria orographica ou hydrographica o que melhor distingue, uma da outra, duas regiões limitrophes, as quaes podem ter os mesmos caracteristicos typicos, apesar de cor-

tadas por um rio ou por uma linha de alturas. Ha sem duvida accidentes geographicos demarcantes, sobre tudo procedentes do relevo : rios, como o Douro e Tejo, não separam nem sequer em aspecto panoramico e character externo regiões, como o Douro não acaba Trás-os-Montes, Beira-Alta ou Beira-Baixa no valle do Alto e Medio Douro, nem o Tejo a Beira-Baixa e Alto-Alentejo. Por isso, em geral, as divisorias territoriaes tem apenas valor chorographico, e o mesmo typo regional estende-se ou pode-se estender de um e outro lado ; a Convenção consiste em a escolha de um rio, uma montanha, que com maior aproximação caracterizem as zonas limitrophes, ou uma linha que divida regiões administrativas, a que falta delimitação natural.

Provincias a considerar na organização geral, feita na orientação até agora definida ; *Entre-Douro-e-Minho*, *Tras-os-Montes*, *Beira-Alta*, *Beira-Baixa*, *Beira-Maritima*, ou *Beira-Mar*, *Extremadura*, *Alto-Alentejo*, *Baixo-Alentejo*, e *Algarve*, no Continente ; — *Açores*, e *Madeira* nas Ilhas Adjacentes.

O *Entre-Douro-e-Minho* é separado de *Trás-os-Montes* (para lá dos Montes) pelas serranias do Gerez e da Cabreira, e, na região de Basto, pelo Rio Tamega, a juzante de Ribeira-de-Pena ; a divisão corre este rio até o ponto onde o paralelo 41° 22' N. o corta ; atravessa a Serra-do-Marão, passando a O. da villa de Mesão-Frio até o Douro.

Desce a provincia até o Rio Douro, ultrapassando-o apenas para formar na margem do Sul o enclave triangular de Villa-Nova-de-Gaya ; este rio separa-a da *Beira* ;

Trás-os-Montes, com os limites occidentaes sobre *Entre Minho-e-Douro*, vae para o Sul até o Rio Douro, que o separa da *Beira*. (Beira-Baixa a S E. e Beira-Alta a S O).

A *Beira* estende-se Norte-Sul entre os Rios Douro e Tejo, cujo curso desce até a confluncia do Zézere ; este quadrilatero de Abrantes-Constancia-Mação-Sardoal, entre o Tejo e o Zézere, é Beira Baixa. Separam-na da Extremadura o Rio-Zézere até junto de Pedro-gam-Grande, uma linha de este ponto directamente á linha de alturas da Serra-da-Lousã, estas alturas, até o paralelo 40° N. e este até o Mar. *Beira-Alta* para o Norte da Serra-da-Estrella, com o valle medio do Mondego ; *Beira-Baixa* desde o Rio-Douro, entre o Côa e o Tavora, pelas Serras da Lapa e Estrella, até o Tejo no extremo Sul ; a Oeste das Serras da Louzã, Estrella, Buçaco, Caramulo, e o Rio-Arda, (afluente do Douro), a *Beira-Maritima*.

A *Extremadura* abrange as terras ao Sul da *Beira-Maritima*, a Oeste do Zézere ; ao Sul do Tejo a zona do Ribatejo comprehendida pelos valles do Muge, do Sorraia e do Almansor, cuja extensão se tem de precisar ; e abrange tambem a Mesopotamia caracteristicamente extremenha entre Tejo-e-Sado. Este rio forma a divisoria entre a *Extremadura* e o *Baixo-Alentejo*.

O *Alentejo* vae do Tejo ás montanhas algarvias, por Monchique e Malhão, ao Rio Vascão, afluente do Guadiana. De esta vastissima região, bem caracteristica pelo seu aspecto orographico e pelo regimen agricola, excluem-se o Ribatejo e a região de Setubal, em nada alentejanos, senão por ficarem alem do Tejo. *Alto-Alentejo* e *Baixo-Alentejo*, separados pelas alturas das Serras-de-Portel e do Mendro, ao Centro, Rios Odivellas e Sado a Oeste, o curso superior do Degebe, o Guadiana a montante da confluencia do Degebe, até o limite meridional do Concelho de Mourão, e estas extremas de este concelho, para Leste.

O *Algarve* precipita-se das Montanhas, a *Serra*, que o separam do *Baixo-Alentejo*, e vae até o Mar pelo Sul e Poente, e ao Guadiana pelo Poente.

*

A provincia de *Entre-Douro-e-Minho* fica assim de novo unificada. Essa vasta região entre esses dois rios está diferenciada, na politica administrativa e no vocabulario especial, em Minho e Douro.

Procure pois dar-se uma unidade administrativa a essas duas regiões uniformes, que nem por sombras justificam organização districtal, que scindiu o *Entre-Minho-e-Douro* em Minho e Douro, e que foi englobar sob o nome de Douro os *Districtos do Porto, Aveiro e Coimbra*, quando estes dois ultimos são da Beira e bem da Beira, a velha *Beira-mar*. Por isso, o Minho ficaria bem com as três *Comarcas de Braga, Viana e Gaimarães*; e o Douro com a do *Porto* e seus arredores, e a de *Penafiel*, formando-se assim com o Porto e seu termo uma Comarca em attenção á complexidade da vida social e dos serviços administrativos do grande centro industrial e commercial, que é essa cidade. Unidas essas regiões numa Provincia unica, não haveria razão para se modificar fundamente a divisão comarcã.

Desapparecem assim as comarcas de Barcellos e Valença, forma-se a de *Penafiel*.

Em *Trás-os-Montes* mantêm-se as *Comarcas de Villa-Real, Bragança e Moncorvo*; desaparece a de Miranda, e forma-se a de *Chaves*, já proposta pelo Juiz, Ribeiro de Castro, em 1798. ¹

A *Beira* é grande, e tem de dividir-se nas suas três componentes, como outras tantas provincias: *Beira-Alta, Beira-Baixa, Beira-Marítima*, ou *Beira-Mar*, as duas primeiras aliás consagradas pela nomenclatura actual, e a terceira, com que se formou a maior parte do Douro, definida pela sua situação relativa, e pelo nome velho (*Mappa de Portugal* 1,36). Correções leves arranjaram melhor a divisão das terras das Comarcas, pelo simples estudo de uma carta. E cria-se a *Comarca da Figueira-da-Foz*, por necessidade demographica evidente. Uma brigada de technicos terá de fazer a correção definitiva.

Na *Beira* mantêm-se as *Comarcas de Aveiro, Coimbra, Beiramar, Lamego, Viseu, (Beira-Alta), Pinhel, Guarda e Castello-Branco (Beira-Baixa)*. Não ressurge a de *Monte-Mór-o-Velho* nem a da *Feira*, mas apparecem as da *Covilhã, (Beira-Baixa)* e da *Figueira-da-Foz (Beira-Marítima)*.

Na *Extremadura, Lisboa*, conforme se fez com o Porto, forma com os concelhos limitrophes uma só Comarca, o que, se estava no espirito pratico da organização antiga, como se viu na 1.^a Parte, mais se justifica hoje. As outras Comarcas são: *Leiria, Santarem, Setubal, Torres-Vedras e Thomar*, não reaparecendo as de *Alenquer e Ourem*. Uma carta corographica indica a razão das correções, que se notarem.

No *Alentejo* subsistem as mesmas razões da subdivisão, que na *Beira*, acrescidas por uma extensão maior e densidade menor, e a morosidade de communicações, actividade agricola extensa, dispersão dos grandes centros, diversidade agrológica. São consagradas

(¹) Cfr. atrás na 1.^a Parte de este trabalho, nesta revista III, (n.º 29), pag. 26.

pelo uso provincial as expressões : *Alto-Alentejo*, *Baixo-Alentejo*. Corrigiram-se as irregularidades de mais vulto. Para dividir o extenso *Districto de Beja*, ter-se-hão de manter na Comarca de Beja todos os territorios a Nascente do Meridiano 2° E. de Lisboa ou seja praticamente para Nascente de uma linha, que passe por Ferreira-do-Alentejo e Almodovar, séde de dois concelhos de esta Comarca ; e, com os territorios a Poente, juntamente com Santiago-do-Cacem, Grandola e Sines, tirados á Extremadura Transtagana, a Sul do Sado, e bem alentejanos, formar-se-ha uma Comarca nova, para cuja séde por motivos attendiveis de densidade de população, situação e communicações, deverá de se escolher Santiago do-Cacem.

De esta maneira, o *Alto-Alentejo*, é formado pelas Comarcas de *Evora*, *Extremoz* e *Portalegre* ; o *Baixo-Alentejo* pelas de *Beja* e *Santiago-do-Cacem*. Desapparecem as Comarcas de *Avis*, *Crato*, *Elvas* e *Villa-Viçosa* no *Alto-Alentejo* e a de *Ourique* no *Baixo-Alentejo* ; mantêm se as de *Evora*, *Extremoz*, *Portalegre* e *Beja* ; de novo ha só a de *Santiago-do-Cacem*.

No *Algarve* renovam-se as duas Comarcas velhas : a de *Lagos* fica igualmente como a antiga, com a séde em *Lagos* ; a de *Faro* é a antiga Comarca de *Tavira*, a que só a séde se altera, por obvias razões, para a cidade de *Faro*.

Cada Comarca tem evidentemente o nome da sua séde.

As *Ilhas Adjacentes*, como parte integrante do Portugal Metropolitano, nos seus territorios insulares, formam duas provincias : *Provincia dos Açores* e *Provincia da Madeira*. Como provincias terão a sua autonomia provincial. O estatuto proprio dos concelhos far-se-ha nas condições das demais provincias do Reino, conforme atrás ficou dito, por accordo entre os «procuradores dos concelhos» e os *Corregedores* ou *Alcaides-móres* da Comarca respectiva. E, porque as cidades principaes de uma e outra de estas provincias, são as actuaes sédes de *Districto*, a *Provincia dos Açores* terá três Comarcas : *Ponta-Delgada*, *Angra-do-Heroismo*, e *Horta*. A *Provincia da Madeira* forma uma Comarca, com séde no *Funchal*.

Pela dispersão das Ilhas nos Açores, cada uma de ellas, excepto as de S. Miguel, Terceira e Fayal, que tem séde de Comarca, formará uma Sub-comarca : Ilhas de S.^{ta} Maria (séde em *Villa do-Porto*), Graciosa (séde em *Santa-Cruz*), S. Jorge (séde em *Vellas*), Pico (séde da *Villa das-Lagens*), Flores (séde em *Santa-Cruz*), Corvo (séde na villa de *Rosario*). Na Madeira, a Ilha do Porto-Santo constituirá tambem uma Sub-comarca com a séde na cidade do mesmo nome. A autoridade correspondente ao *Corregedor* ou *Alcaide mór* será na Sub-comarca o *Alcaide* do Concelho da sua séde, como delegado da autoridade superior da Comarca.

As Provincias são pois onze : nove no *Continente*, e duas nas *Ilhas Adjacentes*. Repetindo :

No *Continente* : *Entre-Douro-e-Minho*.

Tras-os-Montes.

Beira-Alta.

Beira-Baixa.

Beira-Maritima ou Beira-Mar.

Extremadura.

Alto-Alentejo.

Baixo-Alentejo.

Algarve.

Nas Ilhas Adjacentes : Açores.

Madeira.

*

Em toda a organização nacional tem de se manter a hierarchia perfeita, obedecendo ao principio dominante da divisão de attribuições, dentro da mais perfeita unidade. E não ha melhor unidade que a unidade provida do Chefe. Do Chefe emana o poder de cima para baixo, e não é ao Chefe que chega o poder subindo de-baixo para cima. Encarnado no Chefe o interesse da Nação, é nelle que se encontra a autoridade que de elle se comparte com os seus delegados. Chefe indiscutivel, inelegivel, permanente, o Rei transmite a esses delegados um poder efectivo e continuo, que nelles delega em nome da Nação. Por isso o entendimento directo do Rei com os seus delegados immediatos deve de ser intimo e perfeito.

Até a Comarca, subdivisão administrativa da Provincia, vae a acção hierarchizada do Rei: *Rei — Governador de Provincia — Corregedor ou Alcaide-mór*, cada autoridade com as suas «autorizações». Nos concelhos predomina a forma electiva, mas lá fica o *Alcaide* mantendo a ligação entre o concelho, democratico, e a hierarchia real.

*

O § IX da *Dissertação a favor da Monarquia*, tem o titulo : — «A unidade de Chefe he sempre necessaria à sociedade.» — ¹

Transcrevo o paragrapho que é curto, e recorda doutrina realista, além de, ser opportuno.

— «Unem-se os homens pelo perigo, que os ameaça em commum ; e basta, como vemos, ser guiados pelo instincto, e voz da natureza, para buscar, e apertar mais esta união, escolhendo o governo de hum só. Daqui se infere por legitima consequencia, que as grandes adversidades do Estado só podem ser remediadas, ou prevenidas pelo arbitrio supremo de hum Chefe, seja qual fôr o numero dos seus Conselheiros, ou dos indispensaveis delegados do seu importante ministerio ; com tanto que ninguem impessa as suas decisões, nem tome ousadamente o lugar de Deos, que é só quem toma conta aos Reis do modo, por que exercitarão a Soberania sobre os povos. Se pois as calamidades publicas

¹ Marquês de Penalva, *Dissertação...* Lisboa, 1799, p. 31-33.

convido todas as sociedades a buscar hum Chefe ; como ignorão os homens, que a ordem que deve ter qualquer regime, he todos os dias atacada ? O contraste das paixões, e a luta contínua dos perversos faz com que a sociedade constantemente necessite da força, e unidade de Poder. O exemplo, que nos dão as familias particulares, he bem applicavel á grande familia do Estado ; e a ordem que vemos nellas, quando o senhor da casa mostra verdadeira mente que o he, serve de argumento da necessidade deste governo individuo, e não colectivo. Não se espere paz entre homens sem director ; não se espere concordia em Soberania dividida ; e se algum tempo vemos durar governos antimonarquicos, ou he porque o mesmo espirito de vertigem ainda não deo lugar á reflexão de cada Cidadão ou porque o Chefe do partido dominante serve de Monarca o breve espaço, que hum novo usurpador lhe concede. Eis-aqui por tanto, como a experiencia abona as verdades, que huma sã doutrina nos tinha ensinado ; de sorte que presentemente ninguem de boa fé duvida da bondade, ou preferencia do Governo Monarquico ; porque até os perversos não tem lucrado o que esperavão nas revoluções que provocarão, tendo grande parte delles pago com a vida o tumultuoso systema que introduzirão. Aprendão as gerações futuras nos males do presente seculo a respeitar mais o seu Deus, o seu Rei, e os seus costumes.»

E agora, — marcados os objectivos e a alcançar —, definida a directriz a prosseguir para a organização administrativa seja ao mesmo tempo bem portuguesa pelo seu fundamento nas tradições nacionaes, e bem actual na conjugação da necessidade organica de hierarquia e disciplina com a liberdade fundamentaes da Nação, — resta apresentar o mapa do territorio português, dividido administrativamente, conforme a exposição feita.

Não passa de um projecto, com geito a todas as correcções. Que mais não seja, é uma base de estudo de conjunto, que pode produzir o desenvolvimento de estudos parciaes, o que é de desejar e louvar. E no fim, na hora em que tiverem de ser postos em realização os principios fundamentais de uma politica realista, ha pelo menos a base oferecida ás atenções de quem seja encarregado definitivamente de organizar o mapa administrativo.

No «Prefacio» da tradução francesa do opusculo *de Regimini Principum*, de S. Tomaz de Aquino, prefacio escrito para a edição da *Gazette Française*, o teologo dominicano Garrigon-Lagrange, escreveu estas palavras doutissimas, que quero deixar aqui bem patentes aos leitores de este modesto trabalho :

— «A Democracia é um regimen imperfeito, em virtude da falta de unidade e de continuidade na direcção que imprime aos negocios internos e externos.»

— «O regimen perfeito, em virtude da unidade, da continuidade e da efficacia da sua acção para um fim unico, de tam difficil realização, é a Monarchia, mas uma Monarchia que tenha sempre em atenção as differentes formas da actividade nacional.»

— «Na ordem politica, bem como na ordem moral e metaphisica, ha uma verdade, que se, nem sempre, podemos demonstrar com toda a clara evidencia, nos impõe aproximarmos-nos de ella tanto quanto possivel. A união das intelligencias e das vontades apenas é possivel realizar-a dentro da verdade ; fóra de ella, pode a lei do numero determinar um conjunto de egoismos dispostos á reivindicacão de uma liberdade, que degenera em licença, mas é impossivel a existencia da Justiça e do bem comum, principio e fim da ordem social».

Dito isto, aclarada a orientação directriz e definidos os conceitos, resta apresentar o esboço do *Mappa Administrativo*. Neste mappa figuram ordenadamente as Provincias do Continente e Ilhas Adjacentes; cada *Provincia* com indicação da sua capital, trás discriminadas as *Comarcas* que a compõem, vem acompanhadas da relação dos seus *Conselhos*.

Assim, é mais facil, em conjunto, abranger a divisão territorial administrativa, aqui apresentada ao estudo e correcções necessarias.

(Continúa)

Luis Chaves.

«El-Rei, como Rei de todos, tem a obrigação de todos ouvir; igualmente tem o dever de a todos falar. A minha posição é delicada: todos o devem reconhecer, pois, como Católico, Apostolico Romano praticante, considero-me ligado por um Juramento Solene prestado sobre os Santos Evangelhos. Mas esse Juramento não me impede de pensar, de formular uma opinião, de indicar o caminho que certamente seguiria, logo que me encontrasse desligado dêsse Juramento.

«A Monarquia de futuro tem de ser baseada sobre Deus e a Religião, sobre a tradição, sobre a autoridade, sobre principios e convicções, sobre a Ordem.

«E ao exprimir a opinião a respeito do futuro, não podemos esquecer o presente, cabendo a El-Rei o orientar as diferentes e mesmo divergentes correntes de opinião.

«Eu não quero ficar com a responsabilidade de não ter feito ouvir a minha voz, e nós todos, do primeiro ao último, temos o dever de, por todos os meios, salvar a Patria. Para a salvar temos todos de pôr de lado ambições pessoais, rivaldades, indifferenças ou descrenças, e, todos unidos, começarmos uma verdadeira obra de reconstrução com sólidos alicerces. Se a todos me dirijo nesta exposição, e especialmente aos novos que o faço, pois elles são os obreiros do futuro.»

Da Mensagem de S. M. El-Rei.

Crítica & Factos

VÁRIA

ERNESTO GONÇALVES

Acabamos de receber uma carta deste nosso querido camarada e amigo, que se encontrava na Madeira, participando-nos que, afazeres particulares, o forçaram a partir inesperadamente para o Brasil, onde permanecerá uns meses antes de regressar a Portugal.

Esta notícia, que nos causou a maior mágoa, por nos vermos privados, durante algum tempo, dum companheiro de luta, amigo sincero, leal, e que é um dos melhores talentos da nossa Acção Realista, vai por certo encher também de pena todos os leitores desta revista, que êle tem dirigido com tanto acerto e com tanto brilho.

Espírito cultíssimo, escritor já feito, apesar da sua pouca idade, Ernesto Gonçalves é um dos primeiros valores intelectuais da nova geração. Fundador, com Marques Mano e Henrique Parreira, do grupo do Nacionalismo Integral de Coimbra, *A Restauração*, veio com êle para a Acção Realista Portuguesa, á qual, desde a primeira hora, desde a hora incerta da Mensagem de 8 de Dezembro de 1923, tem dedicado todo o seu esforço audacioso de novo, toda a sua lialdade, toda a sua intelligencia e toda a sua fé de portugueses.

Neste momento em que com saudade o vemos longe, nesta hora de triunfo para o doutrinarismo que o nosso movimento representa e propaga, e de que êle é um dos melhores cultores, recordamos todos a boa camaradagem de Ernesto Gonçalves, e, com um abraço de saudade e os nossos sinceros votos de *boa viagem*, desejamos-lhe também um rápido regresso.

JOÃO AMEAL

Em consequencia de se mostrar longa a ausencia do nosso querido Director, a Comissão Executiva da Acção Realista Portuguesa resolveu que essa vaga fosse interinamente preenchida por um dos nossos camaradas que melhor pudesse continuar a obra do dr. Ernesto Gonçalves.

Recaiu a escolha no nosso querido amigo e illustre escritor sr. visconde do Ameal que se dignou aceitar o convite. Não podia ter sido mais feliz a designação para este posto de orientação, de coordenação e de combate. João Ameal é um prosador de largo renome, jornalista consumado e um tradicionalista que á Causa nacional tem dado o melhor do seu talento. Novelista insigne, artista no mais elevado sentido da palavra, e simultaneamente um polemista e um combatente da Nova Ordem de que a Acção Realista é arauto e guia.

Nos seus últimos belos livros *Claridade e As directrizes da Geração Nova*, nas suas entrevistas, na sua colaboração para o *Jornal de Notícias*, para *A Voz Nacional* e para esta revista, João Ameal tem patenteado as suas altas qualidades de doutrinario e de dirigente. O seu raro temperamento literário e a sua fé nacionalista são penhor seguro da competencia com que a *Acção Realista* será dirigida na ausencia de Ernesto Gonçalves.

Saudamos o nosso querido amigo sr. visconde do Ameal e felicitamos a Acção Realista Portuguesa por contar a sua intelligencia entre os seus primeiros valores.

CESAR DE OLIVEIRA

Dá-nos hoje a honra de colaborar pela primeira vez nesta revista o sr. Cesar de Oliveira.

Não pode o facto passar sem registo, sem que para êle chamemos a atenção dos nossos leitores. Cesar de Oliveira é um combatente da velha guarda; vem das lutas ásperas do Integralismo Lusitano onde se evidenciou na defeza e propaganda do gremialismo tradicional e orgânico contra o individualismo dissolvente do século XIX. Escritor vigoroso e elegante, o seu livro magnífico *A marcha do Odio* deu-lhe um logar de destaque na literatura nacionalista contemporânea.

O seu artigo que neste numero publicamos, uma evocação formosíssima da figura e da obra do Cardeal Mercier, — é um tributo, que toda a Acção Realista perfilha, á acção sobrenatural da Igreja e a uma das suas primeiras figuras de todos os tempos: o saudoso prelado de Malinas.

Cesar de Oliveira ocupa assim a nossa trincheira onde lhe compete um logar primacial. Todos desta casa lhe enviam um abraço de camaradagem e lhe agradecem a sua valiosíssima cooperação.

UMA MOÇÃO

Reuniu-se extraordinariamente o Conselho Superior da Causa monarchica no dia 27 de Março corrente, e entre outras resoluções, aprovou a seguinte moção:

«O Conselho Superior da Política Monarchica: Considerando que no programa por ele publicado em 13 de Dezembro de 1921, e sancionado por S. M. El-rei, estão consignados os principios por que a Causa Monarchica se rege, e as normas da sua acção politica;

Considerando que esses mesmos principios se afirmam na ultima mensagem de S. M. El-Rei;

ACÇÃO REALISTA

Resolve :

1.º — Manter inalteravel a unidade da Causa Monarquica com igual respeito por todas as correntes doutrinarias nela existentes,

2.º — Manter no órgão officioso da Causa a mais estricte neutralidade em relação á doutrina de cada uma dessas correntes».

Escusado será dizer que o n.º 2 desta moção foi combatido e regeitado pelos representantes da Acção Realista Portuguesa nossos amigos srs. conselheiro Antonio Cabral, dr. Alfredo Pimenta, José Pedro Folque e capitão Francisco Silveira, porque elle representa uma grosseira mistificação do pensamento e das determinações de El-Rei formuladas na sua magnifica Mensagem lida em 27 de Fevereiro de 1926.

Escusado seria acentuar isto, porque a Acção Realista Portuguesa não colabora em mistificações nem deixa passar sem protesto que meia dúzia de politicos, amarrados á sua influencia de caciques, se sobreponha á vontade do chefe da Nação.

Mas afigura-se-nos necessario esclarecer bem os motivos porque regeitou a A. R. P. aquella moção e porque a combate intransigentemente como contraria á vontade de El-Rei e aos interesses da Causa monarchica

Pretende a moção iludir o país fazendo-lhe crer que S. Magestade na sua Mensagem de 27 de Fevereiro não diz coisas diferentes das que foram publicadas pelo Conselho Politico de 13 de Dezembro de 1924 Ora isto é simplesmente falso! Neste documento uma afirmação apenas se faz positiva e concreta: é a das liberdades reconhecidas á Igreja. No resto continua-se a relegar para umas Côrtes Gerais, que não se define como serão constituídas, a determinação das bases da Monarquia futura.

Na mensagem de El-Rei passa-se precisamente o contrario:

S. M. sente-se na obrigação de falar aos portugueses e de lhes indicar o caminho a seguir. Declara-se pessoalmente preso a um juramento que se viu obrigado a prestar, mas que isso o não impede de indicar á Causa Monarquica a orienta-

ção que esta — que nada tem que ver com esse juramento — deve tomar para a reconstrução de Portugal. A Monarquia futura tem de ser católica tradicionalista, autoritaria e anti-parlamentar. Portanto ao contrario do que fez o Conselho em 924, El-Rei acatará a Monarquia que vier, mas aconselha a que se trabalhe para que ela seja anti-democratica, oposta á que caiu em 910, seja a monarquia dos municipios e das corporações, do poder pessoal do rei e das côrtes gerais tal como existiu até 1834.

E' isto o que El-Rei diz. Afirma o contrario é sofismar o pensamento de El-Rei.

Assim o confirmou mais duma vez o seu Logar-Tenente. Pretender fazer crer que os principios agora por S. Magestade consignados são os mesmos que já o foram pelo Conselho Politico em 1924, é atraiçoar a vontade de El-Rei, é sobrepor os politicos á acção politica do Soberano, é enfim, uma mistificação que a Acção Realista Portuguesa não consentirá que se consuma.

E declara desde já que usará ds todos os meios ao seu alcance para defender El-Rei e a intelligencia monarchica do «golpe de preto» que se anuncia nessa lastimavel moção do Conselho Politico de 27 de Março de 1926.

Falar em união, exigir união, mas deturpando, sonegando, contrariando as determinações de El-Rei: isso não. União só a faremos, e só admitimos que se fale nela, em volta do Rei, para se lhe obedecer, para se seguirem as suas indicações, para se acatar a sua autoridade politica de chefe natural de todos os portugueses.

Falar em união contra El-Rei, em volta de politicos que pretendem sobrepor-se á vontade de El-Rei, coagi-lo, manieta-lo como manietao se encontrava na monarchia liberal, isso não consentiremos que se faça e desmacararemos aqueles que o pretendam fazer.

Somos nacionalistas não somos democratas, somos monarchicos, não somos liberais: portanto, atravez de tudo e contra todos defenderemos o rei, o rei livre e responsavel,—dos ataques subrepticios ou audaciosos, venham elles dos proprios dirigentes da chamada Causa Monarquica.

C. B.

EDIÇÕES DA ACÇÃO REALISTA :

Alfredo Pimenta :

**A Republica Portuguesa em face da Igreja
Católica e a politica do Centro Católico**

**A Politica do Centro Católico e a minha
resposta ao snr. Bispo de Bragança**

H. de Paiva Couceiro :

**Carta aberta aos meus
amigos e companheiros**

(1.º Volume da Biblioteca de Estudos Nacionalista)

A' venda em todas as boas livrarias e na nossa administração

Nova sapataria VICTORIA

Calçada da Estrela, 95 e 97

O melhor e o mais barato calçado que se fabrica em Lisboa

Aceitam-se encomendas para a Província, Ilhas e Africa

Desconto aos revendedores

MANUEL PEREIRA FIGUEIRA

ERNESTO GONÇALVES

ADVOGADOS

RUA DO CRUCIFIXO, 50, 2.º — LISBOA

Telefone : C. 2680



A Voz Nacional

Semanário da Acção Realista Portuguesa

DIRECTOR : LUIS CHAVES

Publica-se ás quintas-feiras

Preços de assinatura :

Serie de 12 numeros:

Continente e Ilhas	3\$600
Colónias Portuguezas	4\$800
Estrangeiro	8\$000
Numero avulso.....	\$300

Redacção e Administração — Rua da Barroca, 59 sobre-loja

A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA**, o **MUNICIPIO** e o **SINDICATO PROFISSIONAL**;

A constituição dumas **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA**, da **TERRA**, da **INTELIGENCIA** e da **PRODUÇÃO**;

UM REI que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSÁVEIS PERANTE ELE**;

Uma **MONARQUIA**, enfim, liberta de todas as mentiras democráticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL**.